



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 004 QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2014



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária

Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente

Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária

Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário

João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente

Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças

Diretor Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de

Plenários e de Elaboração de Diários

Zuleide Spinola Costa da Cunha

Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de

Debates Legislativos

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 – ATA DA 4ª SESSÃO, SOLENE, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2014 | 4 |
| 1.1 – ABERTURA | 4 |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a comemorar os 20 anos de lançamento do Plano Real | 4 |
| 1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela banda do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal | 4 |
| 1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros) | 4 |
| 1.2.3 – Oradores | |
| Senador Aécio Neves | 5 |
| Deputado Luiz Carlos Hauly | 9 |
| Senador José Agripino | 11 |
| Sr. Fernando Henrique Cardoso, Ex-Presidente da República | 12 |
| 1.2.4 – Entrega da Medalha e do Diploma Ulysses Guimarães ao Ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso | 17 |
| 1.2.5 – Oradores (continuação) | |
| Senadora Ana Amélia | 17 |
| Deputado Antonio Carlos Mendes Thame | 18 |
| Senador Rodrigo Rollemberg | 19 |
| Senador Sérgio Petecão | 20 |
| Deputado Rubens Bueno | 21 |
| Senadora Lúcia Vânia (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum) | 21 |
| Senador Eunício Oliveira (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum) | 22 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | 23 |

CONGRESSO NACIONAL

2 – COMISSÕES MISTAS

| | |
|---|----|
| CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) | 24 |
| CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008) | 30 |
| Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007) | 33 |
| CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999) | 34 |
| CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014) | 35 |
| CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014) | 35 |
| Comissões Mistas Especiais | 36 |
| 3 – CONSELHOS E ÓRGÃO | |
| Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) | 40 |
| Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) | 41 |
| Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011) | 45 |

Ata da 4ª Sessão Conjunta, Solene, em 25 de fevereiro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 1 minuto e encerra-se às 14 horas e 5 minutos no Plenário do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar os 20 anos de lançamento do Plano Real.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Já compomos a Mesa, eu e o Ex^{mo} Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República no período de 1995 a 2002. (*Palmas.*)

Tenho a satisfação de convidar para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Senador Aécio Neves (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Hauly. (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o 2º Vice-Presidente do Congresso Nacional, o Ex^{mo} Senador Romero Jucá. (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco, Presidente do Banco Central do Brasil, no período de 1997 a 1999. (*Palmas.*)

Convido para compor a Mesa o Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, 1º Secretário do Senado Federal. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa um dos requerentes, em nome de todos os requerentes, o Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será executado pela banda de música do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, sob a regência do maestro Capitão Ismael Teixeira da Silva.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Convido para compor a Mesa o Prof. Edmar Bacha, que foi Presidente do BNDES. (*Palmas.*)

Ex^{mo} Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso, Ex^{mo} Senador Aécio Neves, Ex^{mo} Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, Ex^{mo} Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame, Ex^{mo} Sr. Senador Romero Jucá, Ex^{mo} Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco, Ex^{mo} Senador Flexa Ribeiro, Ex^{mo} Prof. Edmar Bacha, o fim da inflação e a conquista da estabilidade econômica com a implementação do Plano Real, em julho de 1994, é um marco da economia de nosso País que sempre haveremos de comemorar. Ele conseguiu interromper um perverso ciclo inflacionário de décadas e criou as bases fundamentais para o crescimento econômico de longo prazo. O Plano Real foi também primordial para a modernização da economia, o que proporcionou o início da credibilidade externa para o nosso País.

Antes do Plano Real, o brasileiro padecia com uma das inflações mais galopantes do mundo. O aumento dos preços de bens e serviços comercializados era assustador, inquietante para todos, especialmente para os pais e mães de família. Resultado disso é que havia cada vez mais zeros nas notas de Cruzeiro e menos dinheiro no bolso do cidadão.

Nunca é demais repetir que, entre 1965 e 1994, acumulamos inacreditável inflação de R\$ 1,1 trilhão. Isso mesmo, uma hiperinflação de 16 dígitos, e, nesse mesmo período, o País cortou nada menos do que 12 dígitos da moeda nacional.

No processo histórico da inflação em nosso País, mais intensamente verificado na metade do século passado, várias foram as causas que levaram à espiral inflacionária. Entre essas, o excesso de gasto público, as crises políticas, a crise internacional do petróleo e o endividamento crescente do País no exterior. Quando as várias tentativas de estabilização no índice dos preços desandaram, a inflação atingiu patamares superiores a 1000% ao ano. Em decorrência dos preços galopantes, os agentes econômicos os vinculavam aos índices da inflação, mas todas essas medidas eram inócuas e somente alimentavam ainda mais o preço de tudo. E os salários, por mais que fossem reajustados, não conseguiam acompanhar a escalada dos preços.

A cada mês se perdia o poder de compra do Cruzeiro, a moeda da época. A desconfiança em nossa economia era enorme. A desarticulação da vida econômica era total. Um dos resultados mais nefastos da inflação é a perda de poder aquisitivo dos salários. Quem mais perde com ela são os mais pobres, apesar de ela afetar a vida de todos, dificultando qualquer tipo de planejamento, a curto, a médio ou a longo prazo. Todo empreendimento se torna uma aventura, seja individualmente, seja das empresas ou dos governos.

O período anterior ao Plano Real foi amargo para a economia das famílias brasileiras e também para o nosso País. O Plano Real conseguiu mudar a trajetória ascendente da escalada dos preços, desativando o sistema de indexação da moeda. Com isso, a saúde de nossa vida econômica pôde ser restabelecida. Deixamos de vivenciar taxas de inflação de quatro dígitos ao ano para conviver com taxas civilizadas de um dígito ao ano. Com isso, houve possibilidade de uma sensível melhoria da renda das camadas menos favorecidas da população.

E mais importante ainda é que a superveniência do Plano Real nos permitiu enfrentar várias crises econômicas internacionais e nacionais, como a mexicana, de 1994; a asiática, de 1997; a russa, de 1998; a desvalorização cambial, de 1999; e a crise argentina, de 2001. Agora, mais recentemente, a bolha imobiliária nos Estados Unidos e a crise no mercado europeu.

Atualmente, a nossa moeda, o real, é a 16º mais negociada no mundo, e deixamos para trás as desconfianças internacionais sobre a capacidade de o Brasil se organizar economicamente. Uma economia estável, com a inflação domesticada, permitiu ainda que se iniciasse no Brasil um dos maiores programas de redistribuição de renda do mundo.

Tudo isso é muito positivo, mas há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de diminuir as desigualdades no Brasil. O importante é que o primeiro passo já foi dado lá atrás, em 1994, com o Plano Real, um patrimônio do Brasil e de sua sociedade.

Por isso, gostaria de fazer esta homenagem ao saudoso Presidente Itamar Franco e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso (*Palmas.*). Eles trabalharam com determinação, junto com sua equipe, que tinha nomes como Péricio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho e Winston Fritsch. Em nome deles, saúdo todos os demais que colaboraram para esse êxito.

O Plano Real, como bem assinalou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma demonstração de que é possível mudar o mundo quando se tem vontade e capacidade para fazê-lo.

E essa determinação, a vontade de acertar e o espírito democrático é que marcaram a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem tive a honra de trabalhar na sua equipe ministerial.

Tenho ainda a certeza de que todos nós Congressistas, em nome da estabilidade e da prosperidade, teremos serenidade neste ano eleitoral para não abrir as portas da inconsequência fiscal.

O Senado Federal tem feito a sua parte. Além de votarmos leis que aperfeiçoam nossa democracia e também a economia, estamos cortando gastos, ampliando a transparéncia, fundindo organismos internos, reduzindo contratos, extinguindo funções comissionadas e eliminando desperdícios e privilégios. Em 2013, ao contrário das suplementações orçamentárias habituais, deixamos de gastar R\$275 milhões.

Estamos todos aqui, tenho certeza, imbuídos da preservação do legado do Plano Real, que são muitos, especialmente, permitam-me destacar, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colaborar para o equilíbrio de nossas contas, para que o Brasil seja cada vez mais o Brasil real e nunca mais seja o Brasil surreal de outrora.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu gostaria de destacar as honrosas presenças do Prefeito de São João do Caiuá, no Estado do Paraná; do Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Djalma Bastos de Moraes; da Sra Maria de Lourdes Abadia, que foi Governadora do Distrito Federal no período de 2006 a 2007; e gostaria de destacar a presença do Silvano Gianni, representando o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi.

Concedo, com muita satisfação, a palavra ao Senador Aécio Neves. (*Palmas.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB - MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Saúdo o Ilustre Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, o caríssimo Presidente e Senador Fernando Henrique Cardoso, os senhores membros da Mesa Diretora, Senador Romero Jucá, Senador Flexa Ribeiro, os senhores coautores desta convocação à celebração dos 20 anos do Plano Real, Deputados Luiz Carlos Hauly e Mendes Thame.

Saúdo, de forma especialíssima, os amigos economistas Gustavo Franco e Edmar Bacha, que aqui representam os demais formuladores do mais bem-sucedido plano de estabilidade da moeda já implementado em todo o mundo, pelo menos nos últimos 50 anos.

Caríssimos Parlamentares aqui presentes, permitam-me saudar a todos nas figuras do Senador Aloysio Nunes, Líder do meu Partido, e do Senador Agripino Maia, Presidente e Líder do Democratas. Ilustres e inúme-

ros Parlamentares aqui presentes, eu os cumprimento nas figuras do meu Líder Antonio Imbassahy, do Líder do Democratas, Mendonça Filho, e do Líder do PPS, Rubens Bueno.

Saúdo também, de forma muito especial, a presença entre nós do Dr. Djalma Morais, que aqui representa a família do saudoso ex-Presidente e nosso colega Senador Itamar Franco.

Caríssimo Presidente e amigo Fernando Henrique Cardoso, esta Casa, que já teve o privilégio, por tantas vezes, de ouvi-lo em debates memoráveis, seja como Líder do PMDB, depois como Líder e fundador do PSDB, recebe-o hoje em um ato de celebração, que, eu acredito, reúne também, simbolicamente, todos os brasileiros. Acredito que se aqui pudesse estar, cada um dos cidadãos deste País daria o seu próprio testemunho: nenhuma outra reforma econômica na nossa história recente foi mais transformadora do Brasil que o Plano Real, que este ano alcança duas décadas. Certamente por isto: uma presença tão expressiva aqui, hoje, neste plenário, de lideranças municipais, de ex-Parlamentares e de cidadãos brasileiros.

Nunca é demais, mesmo que superficialmente, lembrar o cenário crítico que prevalecia até então. Em abril de 1990, a inflação acumulada em 12 dozes era de 6.821%, absoluto recorde até hoje em nossa história. Foram mais de 10 anos de inflação acima do patamar de 100%. A média da década alcançou inacreditáveis 694%.

Digo isso apenas porque, para as novas gerações, especialmente para elas, que nos ouvem e que não vivenciaram a ruína da hiperinflação brasileira, parece uma realidade absurda, impossível de ser associada ao País que somos hoje.

Naquele tempo, o grave desarranjo econômico agravava ainda mais a crônica pobreza existente, tornava mais aguda e destrutiva a desigualdade, solapando qualquer perspectiva de crescimento e uma mais justa distribuição das riquezas nacionais. Além do caos econômico, uma gravíssima crise política tomava o seu curso. Essa era a nossa circunstância, a nossa conjuntura, naqueles anos, que tisnava o promissor caminho do País do futuro.

Até o advento do Plano Real, seis diferentes planos foram levados a cabo para estabilizar a economia brasileira, desde meados da década de 80. Todos falharam. E alguns, é bom lembrarmos, comprometeram ainda mais as condições básicas para a tão sonhada estabilização. Com o mineiro Itamar Franco, a quem homenageio hoje e reverencio a sua memória, viramos essa página da nossa história. E uma nova história se iniciou.

Em uma atitude política corajosa e em tudo surpreendente para o ambiente da época, Itamar convoca Fernando Henrique Cardoso – então Ministro das Relações Exteriores – para o Ministério da Fazenda. A aposta do Presidente não se baseava nas razões técnicas ou econômicas. O gesto político foi outro, de outra dimensão. Itamar alçou à posição central do comando da economia um brasileiro, na inteireza do que essa expressão possa significar; um gigante para os desafios que se colocavam à sua frente; um homem público extremamente preparado, experiente, confiável, com vida pública inatacável, e portador de incomparável competência e credibilidade.

E o principal: com ele, acrescentamos à luta daquele momento uma profunda compreensão sobre as mazelas do Brasil. Fernando Henrique foi o líder capaz de reunir inteligências, convocar sacrifícios e esforços, e fazer o País convergir para a trincheira da nossa principal batalha a ser travada contra o inimigo mais insidioso: a hiperinflação, que anulava o nosso presente e roubava o nosso futuro.

Especialistas testados e com grande capacidade de formulação, alguns deles aqui, para a nossa honra, hoje presentes, aceitaram o desafio e inauguraram a difícil jornada em direção à estabilidade econômica.

Precisamente duas décadas atrás, em 27 de fevereiro de 1994, era editada a Medida Provisória nº 434, que instituía a URV (Unidade Real de Valor), o primeiro passo para que o Brasil voltasse efetivamente a ter uma moeda forte. Precederam a nova moeda medidas preparatórias extremamente importantes, acompanhadas de ajustes, diálogo e grande compromisso com a transparência.

Eu próprio me lembro, como Líder do seu Partido, Presidente, das inúmeras, das centenas de vezes em que V. Ex^a aqui esteve, não no plenário apenas, mas em reuniões menores, em gabinetes de Lideranças, em gabinetes individuais, para dizer que aquela era uma oportunidade que não tínhamos o direito de perder.

Como o processo inflacionário transformara os orçamentos públicos em peças de ficção, para trazê-los de volta à realidade era preciso fazer um duro ajuste nas contas públicas.

Assim foi feito. A estratégia incluiu um programa de austeridade fiscal, o Plano de Ação Imediata, e a criação do Fundo Social de Emergência, com corte extremamente significativo de gastos públicos, além do combate à evasão de impostos e um maior rigor na rolagem das dívidas dos Estados.

O novo plano foi, assim, concebido de maneira original, evitando erros cometidos nas inúmeras tentativas anteriores. Não houve congelamento de preços, não houve “pacotaços”, tampouco houve surpresas.

O Plano Real fez da descrença nos planos econômicos e na suposta fragilidade política de um governo de transição a sua maior força. Compartilhou e dividiu com todos a sequência dos passos que seriam dados. Abdicou de intervir nas relações contratuais e assumiu, claramente, a incapacidade momentânea do Estado em

assegurar a cada um a justa remuneração e os preços relativos. Depositou sua crença na força reorganizadora e mobilizadora da economia de mercado.

Uma nova pedagogia voltada para a construção de mercados saudáveis e de um ambiente de preços livres e estáveis foi contagiando os brasileiros e, com o condão da previsibilidade, também as relações econômicas.

A nova moeda entrou em circulação no dia 1º de julho daquele ano, sob o agouro de pescadores de águas turvas que preferiam classificar o plano de estabilização como – abro aspas – “estelionato eleitoral”. Vejam os senhores.

Era o oitavo padrão monetário brasileiro em 50 anos, durante os quais 18 zeros foram cortados de nossa moeda. Como teríamos eleições presidenciais dentro de alguns meses, o recado dos nossos adversários era claro: não lhes interessava o sucesso do plano, essa é a verdade. Eles não se dispuseram, um instante sequer, a abstrair os interesses eleitorais para emprestar apoio à iniciativa, à luta por um futuro melhor para todos os brasileiros. Pelo contrário: sonhavam em capitalizar nas urnas o agravamento do caos para apresentar-se ao País no figurino de salvacionistas.

Mais complexo ainda foi, mais adiante, conduzir a economia – e Fernando Henrique se lembrará muito disso – em meio às graves crises internacionais havidas no final da década, como, em especial, a asiática e a russa, o que nos exigiu ainda mais coragem e sacrifícios.

Vieram, em seguida, outros desafios: a reestruturação da dívida dos Estados, as privatizações, o fim de monopólios estatais e a abertura do Brasil para uma maior integração com o mundo.

A revolução silenciosa, progressiva, chegaria pouco depois, em 2000, com edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada, apesar da raivosa e violenta oposição do Partido dos Trabalhadores, assim como já ocorreu em todas as conquistas anteriores. Junto com ela, acrescentamos o tripé que por anos deu suporte à nossa economia, com sistema de metas de inflação e o regime de câmbio flutuante e um confiável superávit primário.

Vistas em conjunto, essas medidas mostram como a feição do País foi completamente redesenhada nessas últimas décadas.

Senhoras e senhores, somos hoje um outro país e certamente um país muito melhor. A estabilidade da moeda restituui às pessoas referências de valor que a inflação corroera. Mais que isso, descortinou a possibilidade de o brasileiro voltar a sonhar com o futuro – e de planejar como chegar lá.

Lembrar e comemorar o aniversário de 20 anos do Plano Real é demonstrar, com as evidências históricas, o que o nosso País já foi capaz de fazer diante de um quadro de desesperança e de desorganização completa da vida cotidiana das pessoas e das empresas.

É assim que devemos tratar a atual safra de maus resultados e olhar para o futuro.

Vejam os senhores: em 2011, primeiro ano do Governo da atual Presidente, em toda a América Latina, o Brasil só cresceu mais que El Salvador; em 2012, superou apenas o Paraguai; em 2013, pelas estimativas da Cepal, apenas para ficarmos na América do Sul, nosso País só se saiu melhor que Venezuela; e, em 2014, também pela previsão, o Brasil só deve mais uma vez crescer mais que a Venezuela, entre todos os países latino-americanos.

A verdade é que os 12 anos de governo do PT levaram o Brasil a estar hoje, mais uma vez, mergulhado num ambiente de desesperança e descrença no futuro. Até a valiosa estabilidade da nossa moeda vem sendo colocada em risco, sob ataques sorrateiros daqueles que sempre foram seus mais aguerridos adversários.

Formulações ideológicas interferem no ambiente econômico, desvirtuam nossa política externa, afastam-nos do resto do mundo e colaboraram para levar o País a retrocessos impensáveis a esta altura da sua história.

Ganha corpo uma crescente hostilidade entre o Governo e o setor privado, que só prejudica o próprio País e, mais especificamente, os cidadãos brasileiros. Neste roldão, vão-se nossas maiores e melhores empresas públicas, sucumbe o BNDES, humilha-se a Petrobras, debilitam-se as contas públicas, soterradas sob maquiagens e malabarismos.

A desindustrialização, caro amigo Edmar Bacha, que tanto tem escrito sobre o tema, faz o País retroceder e drena o dinamismo da nossa economia.

É flagrante o desequilíbrio do balanço de transações correntes.

A equivocada diplomacia ideológica petista nos leva a vergonhosas omissões quando crises se agravam no nosso entorno, como ocorre agora na vizinha Venezuela. A comunidade internacional nos vê cada vez com maior desconfiança. Essa é a realidade.

De tijolo sólido, viramos hoje, Senador Aloysio Nunes, frágil economia. No ritmo atual, nosso PIB *per capita* demorará mais de 60 anos para dobrar. Apenas como exemplo: a China fará com que seu PIB dobre em menos de uma década. A verdade é que o Brasil tornou-se um país onde é cada vez mais caro produzir, gerar emprego e investir.

Precisamos, senhoras e senhores, reconquistar a competitividade, aumentar a produtividade de nossas empresas e de nossa mão de obra. A produtividade média da economia brasileira cresceu, desde 2011, neste

Governo, apenas 0,4% ao ano, absolutamente nada. Nos oito anos anteriores – em função da força do agronegócio, mas, em especial, em razão das reformas estruturais por que passou a economia brasileira até meados da década passada –, a produtividade brasileira havia crescido em torno de 2% ao ano. Ou seja, houve um enorme mergulho também neste indicador.

Portanto, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, é forçoso registrar: quem suceder o atual Governo governará em anos difíceis até o Brasil recuperar o tempo perdido, reconquistar a confiança e reanimar o entusiasmo de sua gente num futuro melhor. Mas este futuro melhor virá, estejam certos.

É chegada a hora, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Presidente Fernando Henrique, de reconstruirmos um ambiente econômico saudável, com fundamentos sólidos que permitam a recuperação desta confiança e da credibilidade brasileira. Um ambiente em que haja juros padrão BNDES para toda a economia e não apenas para os escolhidos da vez, que abra espaço para atuação da livre iniciativa e do investimento privado e promova o melhor funcionamento de uma economia de mercado mais produtiva e capaz de mobilizar o capital de que o País precisa para acelerar seu crescimento e beneficiar todos os brasileiros.

É fundamental recuperarmos a capacidade de regulação do Estado nacional e assegurar um ambiente próprio à competição, garantindo a necessária segurança jurídica para a realização de negócios.

O País, senhoras e senhores, precisa fortalecer os órgãos de controle e fiscalização e resgatar a autonomia das agências reguladoras, livrando-as da captura por interesses privados, impondo a melhoria da qualidade na prestação dos serviços e resguardando o interesse dos cidadãos como consumidores.

O BNDES e a Petrobras, com a excelência que caracteriza suas trajetórias, precisam ser novamente colocados a serviço de todos os brasileiros e não às causas de um partido político.

E o principal: temos o dever de continuar a luta determinada para resgatar a enorme dívida social que o País ainda tem com milhões de cidadãos e garantir às novas gerações as condições para viver num Brasil mais justo, democrático e desenvolvido, em que as riquezas que pertencem a todos estejam a serviço de todos. Um país em que o conhecimento, a renda e as oportunidades sejam distribuídos com justiça. Enfim, um país que olhe seu futuro com mais esperança e menos sobressaltos.

Queremos, Srs. Parlamentares, senhoras que aqui nos prestigiam, oferecer aos brasileiros uma alternativa que reconstrua a confiança no País, como fez o Plano Real há duas décadas.

Queremos mobilizar os brasileiros de todos os cantos para acreditar nas instituições da democracia e nos pilares da liberdade e defendê-los sob o primado da ética, da cidadania e da transparência.

É urgente abrir espaços para que a sociedade restaure a fé nas possibilidades de seu próprio crescimento e ascensão social em ambiente de segurança, de participação e de respeito.

Precisamos de um novo choque de esperança e confiança, como aquele que o Plano Real produziu 20 anos atrás. (*Palmas.*)

O Brasil, senhoras e senhores, não pode mais se omitir no enfrentamento da tragédia da violência que se abate sobre todo o País, matando jovens e mulheres em níveis apenas comparáveis a países em conflito armado aberto no mundo, sob a visão contemplativa, hoje, do Governo Federal.

Não podemos continuar convivendo com carências agudas e insuficiências de toda ordem nos serviços públicos básicos de saúde, educação, segurança e transporte nas cidades brasileiras e nas suas periferias.

Precisamos nos livrar do estigma da desigualdade de oportunidades que condena as novas gerações a permanecer na pobreza, enquanto convivemos com o endêmico analfabetismo funcional.

E, por fim, mas não menos relevante: é vital recuperar, como tem dito sempre o Presidente Fernando Henrique, o entusiasmo da nossa gente, em especial dos mais jovens, e a participação da cidadania na vida política, para pôr fim ao vale-tudo sem escrúpulos em que a política brasileira foi transformada.

O Brasil precisa de mudança, e os brasileiros vêm dizendo isso.

O Brasil precisa derrotar nas urnas a mentira e os pactos de conveniência.

Precisamos libertar o Estado brasileiro das amarras dos condomínios de poder que o capturaram.

Precisamos, senhoras e senhores, recuperar a confiança nas instituições, restaurar o protagonismo da cidadania e resgatar a perspectiva de prosperidade para todos os brasileiros.

Se já realizamos essa transformação uma vez, quando tudo parecia absolutamente impossível, temos condições de fazê-las novamente, em favor do povo brasileiro e dos seus sonhos, que são os nossos sonhos; em favor do povo brasileiro e das suas grandes esperanças, que são as nossas esperanças.

Não fugiremos, senhoras e senhores, à nossa responsabilidade. Estamos prontos para retomar o nosso destino e começar a escrever, junto com os brasileiros, novas e belas páginas da nossa história.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly, que foi o requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados. O Senador Aécio foi o requerente da homenagem no Senado Federal.

Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente Renan Calheiros; Ex^{mo} Presidente Fernando Henrique Cardoso, do governo de quem tive a honra de ser Líder e Vice-Líder, instituidor do Plano Real no Brasil durante o governo Itamar Franco, meus cumprimentos.

Registro a presença aqui de Djalma Moraes, representando a família de Itamar Franco, e a satisfação de ver toda essa Mesa representada por ilustres Parlamentares, Congressistas, Líderes do meu Partido, da Câmara e do Senado, e também, especialmente, por Edmar Bacha, com quem tive a honra de conviver por muitos anos no início do Plano Real, e, depois, com Gustavo Franco e todos aqueles arquitetos do Plano Real, no início da década de 90, quando eu estava aqui como Parlamentar e pude presenciar toda essa luta.

São 20 anos, meu caro Aécio e Mendes Thame, com quem, em conjunto, requeremos esta sessão. Pensamos, inicialmente, em fazer duas: uma na Câmara e uma no Senado. Mas o Senador Aécio entendeu melhor fazermos uma solenidade só, para dar a dimensão do momento histórico do Plano Real e dos 20 anos de sua colheita fértil, ainda. E também de termos aqui a oportunidade de um momento como este, com a presença da figura ilustre de Fernando Henrique, Edmar Bacha e tantos outros.

É indiscutível que o Plano Real foi um divisor de águas da vida brasileira. Há um Brasil antes e um Brasil depois do Plano Real. Inicialmente, a URV. Um programa consistente, não só a mudança da moeda, mas um programa consistente de combate à inflação, de estabilidade econômica, de transformação social do País.

Eu nem ouso dizer a inflação acumulada nos 20 anos anteriores. Estou duvidando ainda da casa dos trilhões, de tantos trilhões que deram. Eu ainda vou verificar esse número. Um número preliminar dá R\$94 trilhões. Gustavo Franco e Edmar, eu fiz essa conta, mas vou confirmar.

E o que o Real nos trouxe? Foram tantos os planos econômicos – o Senador Aécio já os citou aqui e não preciso citá-los novamente –, e como disse Fernando Henrique na comemoração dos 15 anos, “o Plano ajudou a consolidar a Nação brasileira e a construir uma nova fase democrática”.

Nós já havíamos conquistado a democracia, mas não sabíamos o que fazer com a economia, com a inflação, para produzir crescimento e distribuição da riqueza.

As transformações encaminhadas pelo Plano Real refundam o Poder Público e político deste País. Um novo Estado brasileiro pós-nacional desenvolvimentista.

A força e o alcance das medidas e dos conceitos implementados foram tão grandes que hoje, 20 anos depois, ainda colhemos seus frutos.

É muito importante que a população brasileira esteja bem informada a respeito das transformações que ocorreram desde então, não apenas para o justo reconhecimento ao esforço que foi feito, mas para não permitir que os fundamentos do Plano Real sejam abandonados, o que seria trágico para o País.

Milhões de jovens – eu calculo, Presidente Renan e Fernando Henrique, mais de 60 milhões – não participaram, não sabem o que foi esse processo, porque eram muitos jovens ou nasceram depois.

Continuávamos prisioneiros do círculo vicioso dos déficits crônicos associados ao descontrole de preços. Mais uma vez, o descrédito da moeda, choques e choques.

O Plano deu certo, está aí, muito certo.

Não se pode esquecer de que a inflação prejudica, sobretudo, os mais pobres e que, portanto, nenhuma política de distribuição de rendas teria eficácia sem o controle de preços. A inflação não é apenas uma doença que prejudica os mais pobres e destrói o poder de compra de todas as rendas: salário, juros, aluguéis e lucros. A inflação é a base de uma tragédia social. O grande Keynes dizia que, se quiser destruir uma nação, comece por destruir sua moeda.

A moeda desempenha, na economia, três funções essenciais: instrumento de troca, medida de valor e reserva de valor.

Como instrumento de troca, a moeda permite a existência do mercado e os bilhões de trocas diárias, além de ser a base para a especialização profissional e a divisão do trabalho.

Como medida de valor, é a moeda que – expressa nos preços – permite à sociedade escolher como alojar os fatores de produção e, mais importante, estabelecer que quantidades produzir, como produzir e para quem produzir.

Como reserva de valor, a moeda permite aos que desejam poupar parte de seu trabalho, deixando de consumir hoje para consumir amanhã, por meio das várias formas de poupança.

A moeda é, portanto, a base mesmo do sistema capitalista e, de resto, de qualquer sistema econômico no qual haja especialização, divisão do trabalho e um mercado de trocas.

A inflação – e, sobretudo, a hiperinflação – significa a destruição completa e total das funções da moeda, levando invariavelmente ao atraso, ao empobrecimento e aos conflitos sociais.

Não se trata, portanto, de apenas controlar a inflação por causa dos males menores. O controle da inflação significa para a existência de uma nação o que o oxigênio significa para um ser vivo.

Para os trabalhadores, o pequeno empreendedor, o homem do campo, que tanto produz para alimentar a Nação e alavancar a balança comercial, naquela época, não havia esperança, não havia perspectiva de futuro, porque, junto com milhões de tantos outros brasileiros, os seus ganhos eram simplesmente moídos pela especulação inflacionária.

Não só o plano, não ficamos só no plano. Foi um plano que, como dissemos, lançou as bases de um projeto de nação para o Brasil; um projeto que, do ponto de vista econômico, tem suas bases na estabilidade de preços, na responsabilidade fiscal – a Lei de Responsabilidade –, no controle de fundamentos macroeconômicos e na construção de uma infraestrutura sólida e moderna.

O projeto de Nação proposto pelo Plano Real é abrangente e realista, reconhece nossas limitações e estimula nossa capacidade de trabalhar e produzir.

No Plano Social, cabe destacar o papel relevante do Programa Comunidade Solidária, de D. Ruth Cardoso, que foi à sociedade para participar desse processo. Cito a Lei Orgânica da Assistência Social, os programas de prestação continuada, o Pronaf, o Pronafinho, o Proger, securitização da dívida de milhões de agricultores, criados pelo PSDB. Cito também os programas sociais das bolsas, Escola, Alimentação, Medicamento, que foram apropriados e mantidos com nova rotulagem pelo Partido dos Trabalhadores. Os fundamentos estavam ali. Estabelecemos um novo referencial.

Como Líder à época, defendi, no plenário do Congresso, a aprovação da medida provisória. Mesmo vendo um caos financeiro, o PT, justamente o Partido dos Trabalhadores, fez de tudo para impedir a criação do Plano Real. Aqui eles criaram uma verdadeira tropa de choque, e eu, juntamente com outros colegas, como Líder do Governo Fernando Henrique e defensor do Plano Real, por diversas vezes fui agredido e ameaçado, física e verbalmente. Lembro perfeitamente das votações importantes que tivemos aqui. Todas elas eram dramáticas! Não faziam, como hoje nós fazemos, uma oposição responsável, edificante, democrática, republicana! Não! Era uma oposição terrível!

E as minhas previsões da época estavam corretas. A capacidade de apresentar e cumprir projetos para a área fiscal, econômica e social... O Presidente Lula saía por todo o Brasil, pelos quatro cantos do Brasil, dizendo que o Real era mais um plano eleitoreiro, sem nenhuma consistência. Era o discurso típico de quem não tinha bandeira para defender. E eu lembro aqui: que plano eles apresentaram quando ganharam o governo depois de duas derrotas sucessivas? Nenhum! Não havia plano! Pegaram o Plano Real e o tocaram, *laissez faire, laissez passer*. Tocaram!

Até que começa a dar sinais de esgotamento. Há um esgotamento. Como filhos pródigos, gastaram os bens, a boa herança, e é preciso que o pátrio poder daqueles fundadores do Plano Real reassumam essas funções.

Ele não enxergou essas dimensões – o PT e o Lula. Contrapuseram. E, realmente, é um divisor... Mas o atual Governo, meu caro Aécio Neves, está realmente... Não quero falar dos esqueletos, estou pulando todas as folhas do discurso para ir aos “finalmentes”.

Fundo de Garantia. Nós pagamos o maior acordo trabalhista da história deste País, e fui o Relator. A lei de exportação de produtos in natura, que transformou a agricultura deste País. O Simples, que foi transformado depois no Super Simples, Silvano. Quanta luta!

Mas eu quero dizer, Aécio, que, assim como Fernando Henrique e sua equipe em 1994, é chegada a hora de assumir um papel semelhante para lançar os fundamentos do Plano Real 2.

O sonho não concretizado de Tancredo, seu avô, e na experiência exitosa do Plano Real, o momento é este, de liderar as reformas estruturais de que tanto o País precisa.

Senador Aécio Neves, é chegado o momento de assumir a Presidência deste País um homem público que tenha capacidade para romper com toda essa estagnação e imobilismo, o qual possa dar um norte de crescimento e de esperança para o povo brasileiro.

O Brasil vive, sim, uma crise econômica; o Brasil vive, sim, uma crise política, mas o Brasil vive, sim, a pior das crises, a crise de falta de liderança! E é por isso que essa nuvem de desconfiança que paira sobre o Brasil precisa ser dissipada nas eleições de outubro.

Quem olha o Brasil diz: por que o País não cresce como a China? Essa é a base que nós queríamos no Plano Real e que foi abandonada. Por que o Brasil não tem prosperidade e falta tudo – estradas, portos, aeroportos, hospitais e escolas?

Então, esta é a hora, e está nas mãos do povo brasileiro escolher se queremos naufragar no pântano da inflação e da anarquia social ou se queremos retomar as diretrizes de um projeto de Nação que aponta o caminho da estabilidade, da prosperidade e da paz.

É isso, Presidente Renan. Nós temos muito orgulho desse processo histórico, da democracia, dos nossos fundadores, que são os mesmos, da estabilidade econômica e da inclusão social de mais de 50 milhões de pessoas, que ascenderam para a classe C e, alguns, para a B.

Deus abençoe o nosso País e o futuro da nossa Nação!

Estamos prontos para essa nova etapa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, sempre Presidente Fernando Henrique Cardoso, Senador Aécio Neves, Dr. Edmar Bacha, Dr. Gustavo Franco, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Líderes, Srs. Prefeitos, Autoridades, minhas senhoras e meus senhores, Presidente Fernando Henrique, acho que esta sessão precisava acontecer.

Veja o senhor, estamos fazendo 20 anos de existência do Plano Real. Eu entrei na faculdade com 18 anos; com 20 anos, eu estava no terceiro ano de Engenharia. Com 20 anos, há uma infinidade de jovens que estão hoje na faculdade, já estão trabalhando e não conhecem a inflação. Não sabem o que eu sei, porque, quando fui governador pela segunda vez, em 1991, enfrentei inflação que chegou a 20% ao mês. Eu guardo, Senador Aécio Neves, memórias terríveis da inflação de 20% ao mês: eram greves, era reposição salarial, era correção monetária. Eu guardo trauma do meu tempo de governador pelo produto do que foi a inflação, inflação com a qual o Plano Real acabou.

Talvez este seja o momento de fazer a reflexão devida, porque as pessoas se habituam às coisas boas e acham que ninguém fez nada mais do que sua obrigação. Agora, acho que este é o momento de relembrar como foi duro fazer aquilo que era obrigação.

Eu não participava da equipe econômica, mas tenho certeza de que o Plano Real fundamentou-se em um tripé básico: estabelecimento de metas de inflação, câmbio flutuante e o estabelecimento de um superávit primário.

O que era mais difícil de ser enfrentado para debelar a inflação? Era, de um câmbio alucinado, fazê-lo flutuante? Complicado! Câmbio flutuante envolve competitividade do País para exportar, para gerar divisas; ter credibilidade para atrair investimento direto. Naquela época, o Brasil não tinha nada disso. A tarefa de estabelecer o câmbio flutuante, além de corajosa, era dificílima!

Quanto ao estabelecimento de superávit primário, esta é a responsabilidade fiscal: arrecadação *versus* despesa. Esta está nas mãos do Governo, desde que ele seja responsável. Não é o estabelecimento de metas de inflação; isso é a consequência de tudo.

O que foi o mais difícil dentre todos esses elementos do tripé? Eu acho que não foi nenhum deles. Vendo de fora, Presidente Fernando Henrique, o mais difícil foi destruir a memória inflacionária.

Quantos planos existiram antes do Plano Real? Vários: Plano Bresser, Plano Verão, plano “não sei o quê”. Nenhum deles vingou, Professor Bacha, porque, com muita engenhosidade, criou-se a URV. Mas, mais do que a URV, em um segundo momento, elaborou-se uma lei que acabou com a correção monetária; fez-se a Lei de Responsabilidade Fiscal; fez-se a renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios. Tudo isso para fazer parte de um programa de estabilidade da economia bem engendrado.

Mas aí é onde entra o grande fator, que difere os tempos de 20 anos atrás dos tempos de hoje. Ouço falar que, às sextas-feiras, às 18h30, sob a chefia do Chefe da Casa Civil, durante 8 anos, ocorria uma reunião da Câmara de Políticas Econômicas – Câmara de Políticas Econômicas! O maestro, o Presidente da República, não se fazia presente, mas estavam lá o Banco Central, estavam lá a Fazenda, o Planejamento, estavam lá as pessoas que, harmonicamente, sem disputar umas com as outras, mas raciocinando umas com as outras, trabalhavam para debelar a inflação.

O maestro chama-se Fernando Henrique Cardoso, que deu ao País o seu grande patrimônio de inflação civilizada. E talvez hoje, decorridos 20 anos de estabilidade da economia, seja o momento certo de fazer a reflexão a esses jovens – que nunca conhecem, como eu conheci, a inflação – para darem valor ao fim da inflação e conhecerem o mérito de quem tem mérito para fazer o que foi feito. Isso porque há um contraponto a ser observado.

Líder Imbassahy, Fernando Henrique entregou a Presidência da República... Eu não digo que estivesse um mar de rosas, mas o País tinha as finanças equilibradas, tinha quadros de responsabilidade nas funções, tinha uma projeção de modernidade apontada com as agências reguladoras, tinha um padrão ético respeitável. Entregou um Brasil novo a quem o sucedeu. Democraticamente.

E qual é o Brasil de hoje? É o Brasil de um baixo crescimento. Em 4 anos, 1,9 ponto percentual de crescimento de PIB – pelo amor de Deus! Isso é o legado de Fernando Henrique Cardoso? Em 4 anos, 1,9 ponto percentual em média de crescimento de PIB? Para um País que teve a inflação domada?

É um País hoje que luta com taxa de juros; é o único remédio que o Governo tem para combater a inflação resistente, porque não tem coragem de combater o mal maior que é o gasto público de má qualidade, porque vai de encontro aos seus interesses políticos, aos seus apadrinhados.

O País de hoje é um país incompetitivo e desindustrializado! Incompetitivo porque não tem infraestrutura. Investe 2,5% do PIB – são os investimentos federais.

É um País de carga tributária incivilizada, de uma taxa de juros que é uma das maiores do mundo.

Incompetitivo! Fadado ao fracasso!

O superávit primário é mantido com a famosa contabilidade criativa. Essa é a novidade que nos tirou a credibilidade internacional. O Brasil hoje é um país sob risco no plano da credibilidade internacional, porque inventou uma contabilidade criativa, que tirou a responsabilidade ou a credibilidade dos números do Brasil junto à comunidade econômica internacional.

Uma Petrobras enrascada, um patrimônio dos brasileiros, usada politicamente em campanha eleitoral, que hoje se encontra mazelada e enrascada pelo mau uso, feito pelo Governo diretamente!

Investimentos poucos e lentos. E o pior de tudo: a perda da credibilidade por todos esses fatores.

Mas, Presidente Fernando Henrique, eu fiz questão de vir aqui dar esta minha palavra rápida para dizer que aqui eu lembro a figura de Marco Maciel, seu vice-Presidente da República, um homem afável, colaborador, que só lhe criou facilidades, nunca dificuldades, e para dizer que ele, que é um democrata, como eu, raciocinando como eu, junto com vocês, tucanos, eu quero dizer o que eu penso: cesteiro que faz um cesto faz um cento. Quem fez o cesto foi essa equipe que está aqui e que viabilizou o Brasil moderno (*Palmas*.).

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM - RN) – Cesteiro que fez um cesto faz um cento, e nós estamos vivos, de pé, prontos para a luta.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedemos a palavra ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente do Senado, Renan Calheiros, Sr. Senador Aécio Neves, meus companheiros de Mesa aqui presentes, senhoras e senhores aqui presentes, parlamentares, amigos todos, não é a primeira vez que eu venho a este Senado da República para celebrar o fato de que nós conseguimos criar uma moeda estável, e, a partir daí, as perspectivas para o desenvolvimento do Brasil se abriram e se estão consolidando.

Mas eu venho com emoção cada vez que tenho o prazer de voltar a assumir esta tribuna, na qual eu me treinei, vindo da academia em épocas difíceis, quando nós jurávamos a Constituição – ainda era o regime militar – e, em seguida, dizíamos que faríamos tudo para mudar aquela Constituição. E foi aqui que eu aprendi, nos embates com pessoas valorosas – não me referirei a nomes para não pecar por omissão –, aquilo que me parece essencial: não se constrói nada no isolamento.

A construção de uma nação não é fruto de uma vontade isolada; ela é um trabalho de ourivesaria e que requer uma convergência de esforços. E foi isso que nós fizemos quando nos tocou o momento de enfrentar a questão da inflação. Nós não viemos do zero, os planos anteriores ensinaram. Muitos dos que trabalharam comigo na equipe econômica haviam trabalhado em planos anteriores, notadamente no Plano Cruzado. E a história não se faz a partir do zero; ela vai se construindo, vai se refazendo, vai se remodelando e requer certa humildade para entender o que já foi feito, por que se errou, onde se acertou, como reatar os fios, como continuar e como levar adiante.

Devo dizer que, para mim, foi uma surpresa enorme, quando eu era Ministro das Relações Exteriores, ter sido indicado pelo Presidente Itamar Franco para o Ministério da Fazenda. Foi mais do que uma surpresa, foi quase que um susto, porque, na verdade, àquela altura, ser deslocado do Ministério das Relações Exteriores, onde eu tinha alguma familiaridade com os temas, para enfrentar uma situação econômica – eu era o quarto ministro em sete meses – era mais do que uma aventura: era uma condenação ao fracasso.

E o Presidente Itamar teve a intuição de que talvez fosse o momento de colocar alguém que, embora não economista, pudesse convencer os outros, primeiro os próprios economistas, depois o Congresso e, depois, o País, de que haveria um caminho. Devo dizer que, se não fosse a permanente atitude do Presidente Itamar de apoio ao que eu estava fazendo, eu não poderia fazer. Na verdade, quando se tem que tomar decisões que afetam o conjunto do País, ou se tem um Presidente que dá força ou é muito difícil caminhar. O Presidente Itamar deu força a tudo que eu havia proposto a partir das sugestões da equipe econômica e do diálogo permanente com o Brasil.

Entendi, desde o primeiro momento, que o desafio era aquele mesmo. Recordo-me de que eu estava nos Estados Unidos, voltando do Japão, quando fui surpreendido por uma ligação telefônica do Presidente Itamar, que me perguntou se eu aceitaria ser Ministro da Fazenda. Fiz tudo para que ele não mudasse o então Ministro, Eliseu Resende, que viria a ser Senador mais tarde, porque eu acreditava que o Ministro Eliseu Resende estava fazendo um esforço para reconstruir as nossas finanças. O Presidente Itamar me disse: "Vou conversar com ele, mas acho difícil". Retruquei: "Presidente – eu tinha intimidade com o Presidente –, estou longe, não quero faltar à sua confiança, mas, por favor, mantenha o Eliseu". Mais tarde, recebi um recado do Presidente Itamar – eu estava jantando na casa do então Embaixador Sardenberg –, por intermédio da esposa do Embaixador Sardenberg, de que o Presidente da República não precisava mais falar comigo. Fui para o hotel feliz: "Bom, continuo Ministro das Relações Exteriores". Acordei com a voz indignada da minha mulher dizendo que eu havia sido, na verdade, nomeado Ministro da Fazenda pelo Presidente Itamar Franco. Ela não havia entendido por que e como eu tinha sido louco de aceitar. Eu ainda tentei dizer que não tinha aceitado nada. Ela não acreditou. Até que, mais tarde, o Secretário-Geral do Ministério, que era o Embaixador Lampreia, telefonou-me e disse: "Ministro, o senhor agora é Ministro da Fazenda".

Bom, eu assim virei Ministro da Fazenda. A primeira coisa que fiz foi, com humildade, chamar aqueles que eu acreditava que poderiam me ajudar. Chamei o Pedro Malan, que era negociador da nossa dívida e era representante do Brasil, acredito, no Banco Mundial. Em seguida, chamei o Armínio Fraga, que estava por lá, que veio até mim, até a nossa representação na ONU, para conversar com ele. Nenhum dos dois pôde aceitar vir ao Brasil para trabalhar comigo. O Malan fez uma concessão: talvez viesse nos ajudar uma semana por mês.

Voltei, no avião, com o meu então Chefe de Gabinete do Ministério das Relações Exteriores, conversando com ele e formulando o discurso que faria, e que fiz. Cheguei ao Brasil e, no mesmo dia, recebi o Ministério da Fazenda. Aí tive a ousadia. Eu disse: "O Brasil tem três problemas principais: o primeiro é a inflação, o segundo é a inflação e o terceiro é a inflação, e nós vamos acabar com a inflação". Meu Deus, como? Como? (Palmas.)

Se os líderes não têm conhecimento das coisas, não têm ousadia e também não têm a humildade para saber que sozinhos não resolvem, não avançam. Minha primeira preocupação foi criar uma equipe, um conjunto de pessoas que pudessem me ajudar, porque eu nunca tive a pretensão de saber tudo, porque eu não sabia.

De fato, criamos. Não preciso mencionar... Dois ilustres membros dessa equipe estão aqui presentes: Edmar Bacha e Gustavo Franco. Foram muitos outros: André Lara Resende, Fritsch, Pedro Malan... Muitos outros colaboraram, muita gente ajudava. E nós levamos, quase que num *bunker*, quase que num isolamento, tentando entender o que fazer, tateando, aproveitando a experiência que muitos já haviam tido ao lidar com os problemas inflacionários e, ao mesmo tempo, fazendo uma pregação.

Se algum papel eu tive, foi o papel de ser o porta-voz de um clamor que estava no Brasil. O Brasil não aguentava mais a imprevisibilidade gerada pela inflação. Se alguma participação mais ativa eu tive neste processo, foi, primeiro, mantendo o Presidente Itamar sempre alinhado com aquilo que nós estávamos construindo, segundo, fazendo com que meus colegas de governo no Ministério – e aqui haverá alguns que foram colegas meus naquela ocasião – entendessem do que se tratava e, terceiro, fazendo com que o Congresso Nacional também tivesse a necessária informação e consciência do desafio que nós estávamos enfrentando.

Já foi mencionado aqui que eu vim inúmeras vezes ao Congresso. Eu tinha a vantagem de ser Senador e, portanto, enfrentar, de peito aberto, os meus companheiros do Senado, sem o temor que os tinham os ministros, que não tinham, ao mesmo tempo, a posição política que eu tinha... Eu havia sido Líder do PMDB e do PSDB e tinha familiaridade com este Congresso. Eu vinha, frequentemente, ao Congresso, à Câmara dos Deputados, ao Senado, às Comissões, às reuniões, para defender um ponto de vista, para convencer o Congresso Nacional de que havia um caminho. E eu falava quase que diuturnamente na televisão, no rádio, com a imprensa do meu País para preparar um caminho para que a população também fosse receptiva às transformações que nós iríamos começar a desencadear no País.

E tomamos, logo de início, uma importante decisão: ao invés de surpreendermos o País com medidas que apareceriam no *Diário Oficial* informando que a taxa de câmbio mudou, que a poupança foi confiscada, que a taxa de juros também mudou... Nós iríamos dizer, com antecipação, o que iríamos fazer. É uma decisão difícil, porque não é tecnocrática; é uma decisão de confiança no País, de confiança na população.

E eu devo lhes dizer, também com humildade, que nem sempre se pode fazer o que se vê com clareza como o melhor caminho. É preciso que o País esteja preparado para escutar, e nem sempre o País está disposto a escutar. Naquele momento, a situação era de tal desespero que a própria sociedade queria um novo caminho. Ela estava com os ouvidos abertos ao novo caminho.

E, na implementação desse programa, o tempo todo nós procuramos ampliar os apoios. Eu fiz tudo que podia, tudo, para convencer o Partido dos Trabalhadores de que o meu objetivo era algo positivo para o País e que os trabalhadores, os mais pobres, seriam beneficiados. Chamei ao meu apartamento, aqui, em Brasília, o

Líder do Partido, que era, então, o Lula, e o José Dirceu e tentei convencê-los da possibilidade de o Brasil avançar e da necessidade de aquele programa ser nacional.

A pergunta que me foi feita era muito simples: "E você acha que o PSDB vai ter um candidato competitivo, capaz de ganhar do nosso candidato?!" Esse candidato era o Lula. Eu disse: "Com sinceridade, eu não creio". O PSDB, àquela altura, cogitava até de apoiar o próprio Lula. Eu disse: "Não creio". Eu não acreditava mesmo. Não era esse o meu objetivo. O objetivo era convencer de que era bom para o Brasil e que era preciso unir forças.

Fracassei em convencer a liderança do principal Partido de Oposição naquele momento. Chamei todos os líderes sindicais, sem exceção – Vicentinho, Medeiros –, todos, ao meu gabinete e expliquei. Num dado momento, um deles me disse a respeito da URV: "Mas isso quer dizer que nós vamos ter a correção dos nossos salários no dia a dia?" Eu respondi: "É isso!" "Mas isso é o que nós sempre quisemos!" "Pois é. Então, por que não apoiam?" Eles entendiam e, não obstante, iam para a Imprensa e diziam o contrário: "Esse plano é de austeridade. Mais uma vez, a classe trabalhadora vai sentir o peso da repressão salarial. Mais uma vez, a reconstrução das finanças vai ser feita à custa do povo brasileiro". Era mentira! E sabiam que era mentira, porque eu expliquei em detalhes: "Não é isso. Nós não vamos criar um programa que tenha como consequência jogar o peso do ajuste nos que menos podem, nos mais pobres. É o contrário. Os que não têm conta no banco não têm o reajuste automático dos seus valores, dos seus haveres. E a maioria dos trabalhadores e dos brasileiros não tem conta em banco. Nós vamos resolver essa questão".

Por razões compreensíveis do jogo político, mas indesculpáveis do ponto de vista nacional, não era possível obter o apoio. Mesmo assim, boa parcela da população se convenceu de que era chegado o momento de seguir adiante: empresários, a própria mídia... E foi fundamental. Um programa complexo! Aquilo que foi terminado no dia 27 de fevereiro de 1994, a Unidade Real de Valor, era muito difícil de explicar. Era muito difícil de explicar que era estável essa unidade de valor. Não obstante, o povo entendeu. E nós tomamos outra decisão, ousada à época: ao invés de decretarmos, obrigatoriamente, que todos passariam de uma moeda à outra, demos a opção. E sempre respeitamos a institucionalidade, as leis. Na feitura do Plano Real, foi importantíssima a decisão tomada de que nada seria feito em detrimento do ordenamento jurídico. É o único plano que não foi embargado. Agora mesmo o Tribunal está para julgar uma decisão sobre planos e o Plano Real não está nessa situação, porque não houve desrespeito ao ordenamento estabelecido. Nós confiamos que as pessoas saberiam escolher qual era o melhor caminho. E, para a nossa surpresa, em dois ou três meses, o conjunto da economia nacional já tinha mudado da moeda então vigente, que era o Cruzeiro Novo, para a URV, que, no dia 1º de julho, se transformaria em Real: uma moeda nova. E esta moeda nova, exatamente como já foi aqui referido, para evitar a memória inflacionária e para despertar a crença da população, não constou, simplesmente, do corte de zeros: mudamos, fisicamente, a moeda, no conjunto do Brasil, num só dia – uma operação de guerra!

A feitura das novas moedas foi feita aproveitando-se as chapas antigas e os peixes antigos. O Presidente Itamar não gostava de peixe, porque acreditava que não dava sorte; não obstante, não tínhamos outras formas de fazer a nova moeda, e assim fizemos. Sem que a opinião soubesse, preparamos uma enorme quantidade de moedas e de bilhetes, para, no mesmo dia, dizer ao Brasil: "Daqui por diante, o Brasil é outro".

E tudo isso para quê? Para despertar confiança. O líder que não desperta confiança não é líder; o líder que não aponta o caminho não é líder; o líder que pensa que ele, sozinho, desperta confiança, sem ter um apoio bastante tecido com outras forças da sociedade, tampouco é líder. Pode haver líder na ditadura, que imponha pela força, mas o líder democrático convence, explica, ouve, tem que ter a humildade de ouvir, para, então, poder construir uma relação de confiança.

Isso foi o Plano Real: foi uma construção política, foi uma construção que nasce da democracia, que percebeu que o momento era da democracia e que, portanto, não haveria que fazer imposição, senão haveria que fazer um apelo, um convencimento, para que pudéssemos avançar.

Mas o Plano Real não nasceu do zero; foi sendo construído. Foi muito difícil; estávamos em moratória. Foi muito difícil romper com a moratória.

Eu era Líder do Governo, conforme havia sido designado pelo Presidente Itamar Franco e mantido pelo Presidente Sarney. E houve um dia em que, pela manhã, o Presidente Sarney me pediu que fosse ao Palácio da Alvorada, juntamente com o Líder do Governo na Câmara. E fomos ao Alvorada, onde o Presidente Sarney nos disse que o Brasil iria entrar em moratória, pedindo, então, que convocássemos os Líderes, para comunicar, com antecipação, que, naquele mesmo dia, haveria a moratória.

E eu ainda objetei ao Presidente Sarney na época, recordo-me: "Presidente, moratória é algo muito dramático, muito difícil. E aqueles, que estão hoje nas ruas pedindo para suspender o pagamento das dívidas, não vão aplaudir, no dia seguinte, o seu gesto corajoso de declarar a moratória".

Na verdade, o Presidente Sarney não tinha alternativa, porque, tecnicamente, não tínhamos mais como fazer frente às nossas dívidas. Estavamoos quebrados; não era em moratória. E o Brasil entrou em moratória.

Para poder reconstruir a confiança, não só foi feito o que disse aqui a respeito do Real e que todos mencionaram – e já me referirei aos discursos que me precederam –, mas tivemos que reconstruir também a credibilidade junto aos nossos credores. Não foi fácil! Não vou entrar em detalhes, mas foi muito difícil.

O Fundo Monetário Internacional – isso é pouco sabido – não apoiou o Plano Real. Quando o Ministro Malan era, então, Presidente do Banco Central e eu, Ministro da Fazenda, ele combinou comigo que iria a Washington para renegociar a possibilidade da moratória e também do Plano Real. A certa altura, ele me pediu que fosse aos Estados Unidos, porque ele não via condições de termos a nossa perspectiva aceita pelo Fundo Monetário.

O Presidente do Fundo Monetário, à época, era o Sr. Michel Camdessus, que, por coincidência, eu já conhecia, pois sou amigo do ex-Primeiro Ministro da França, Michel Rocard, por sua vez, muito amigo de Camdessus.

Quando então cheguei ao Fundo Monetário, o Camdessus me convidou para ir a uma sala isolada com ele e me disse o seguinte: “tenho simpatia pelo esforço de vocês, mas eu não consigo convencer os nossos técnicos aqui de que o Brasil vai, realmente, fazer alguma coisa séria, porque a situação brasileira é frágil”. O Congresso estava, naquele momento, com um processo gravíssimo, a chamada CPI dos Anões do Orçamento; o então Presidente da República era o Vice-Presidente; uma vez que tinha havido o *impeachment*. E acrescentou: “A sua equipe é jovem; é competente, mas não é experiente. Eu não consigo convencer, mas estou convencido de que vocês estão indo por um bom caminho”. E, em seguida, ele me deu uma carta que ele havia escrito, em francês, na véspera – até porque, nós estávamos em um jantar, conversando em francês, e isso sempre ajuda, porque os franceses gostam, não é? –, e ele disse: “Eu não posso dar o apoio; vou dar a você esta carta, em que dou o meu aval pessoal, mas não é o aval do Fundo”. Então, eu disse: “Mas nós não podemos fazer nada com um aval pessoal. Para terminar a moratória e estabelecer um novo contrato das dívidas, nós precisamos dar garantias; e as garantias requeridas são Letras do Tesouro dos Estados Unidos. Assim, sem o aval do Fundo, o Tesouro não vai emitir uma série especial das letras para o Brasil contar”. Aí, ele sorriu e disse: “Vocês já têm essas letras”.

Era verdade! O Ministro Malan tinha tomado a decisão comigo, e mais ninguém, de que, pouco a pouco – Gustavo Franco deve recordar-se disso, porque ele operava o Banco Central no assunto internacional –, nós iríamos comprando no mercado títulos do Tesouro americano – pouco a pouco, para que ninguém desconfiasse, porque, senão, subiriam os preços. Mas é claro que o Fundo Monetário descobriu que estávamos operando assim. Diga-se de passagem, eu tive que vir a uma comissão do Senado aqui e um Senador desabusado quis insinuar que ali teria havido um mal feito naquelas contas. Eu disse: “Olha, ainda bem que você não é meu aluno, porque eu te daria zero em economia”. Como eu era Senador também, tinha liberdade – ele era suplente de Senador na verdade – de dizer duramente a ele: “Não diga bobagens, rapaz, porque o que estamos fazendo é uma coisa meritória para o Brasil”. E assim foi feito.

Com esse fato, ainda tive que aduzir ao Camdessus: “Mas é preciso depositar esses títulos no FED, que não vai aceitar”. E ele disse: “Não; não precisa; basta depositar no BID, o Banco Interamericano”. E este era dirigido pelo Enrique Iglesias, amigo do Brasil. Assim, fui ao Banco Interamericano e concordamos com isso.

Graças a isso foi possível começar a renegociação das dívidas. Assim, creio que, em novembro de 1993, o Malan, então Presidente do Banco Central, e eu fomos a Toronto, no Canadá, e assinamos, por uma manhã inteira, os novos contratos de dívida, uma vez que o Brasil tinha 700 bancos credores – e havia um sindicato que dirigia isso tudo. E isso para reconstruirmos a possibilidade de os mercados financeiros se abrirem para o Brasil.

Em suma, estou contando esse detalhe para mostrar que o Plano Real não foi feito simplesmente de um momento para o outro, como se mostrássemos ao País que nós tínhamos uma mágica. Não foi! Foi trabalho, trabalho duro de reconstrução das instituições, da credibilidade do País. Fomos ganhando credibilidade pouco a pouco. E tivemos sempre a consciência de que era um começo e que levaria muito tempo. E vários dos que aqui falaram anteriormente mostraram o tempo que isso tomou.

Como refazer a dívida dos Estados? Ninguém pagava ninguém. Como refazer tudo isso internamente? Como desindexar a economia, que foi sendo parcialmente desindexada? Como reconstruir as instituições?

Foi um trabalho insano e que foi feito. Foi feito por todos os brasileiros, porque o País sentiu que, dali para diante, ou se faria alguma coisa mais consistente, ou perderíamos o potencial histórico que temos.

Claro que sempre me entusiasma falar do passado, mas sou mais propenso a falar do futuro – e me alegréi de vir aqui. Ouvi os discursos aqui feitos e muito especialmente o que disse o Senador Aécio Neves, com a confiança, de que chegou a hora de darmos novos passos.

Não farei discurso partidário – não é do meu estilo – numa Casa em que, hoje, se celebra uma festa nacional, mas qualquer brasileiro percebe hoje: quando as ruas reclamam, quando os empresários reclamam, quando os políticos reclamam, quando as donas de casa reclamam que algo está desengonçado, para usar uma palavra simples, é hora, de novo, de nós termos humildade.

Aos que hoje mandam, em vez de se cerrarem nos seus escritórios e pensarem que tecnocraticamente resolvem as questões, digo que é hora de se abrirem, de abrir o coração e dizer a verdade ao País.

Muita coisa foi feita, não foi só o Plano Real nem foi só o meu governo, longe disso. Não sou ingênuo ou maldoso para imaginar que tudo foi feito no passado e nada foi continuado. Muita coisa foi continuada! As bolsas que nós começamos o Presidente Lula as expandiu; mesmo as dúvidas que se tinha sobre, enfim, o superávit primário. Eu fiquei surpreso quando o Ministro Palocci anunciou um superávit altíssimo. E eles sempre criticaram o superávit antes. Mas ainda bem que perceberam que ou fariam isso, ou o que havia acontecido no ano de 2002, o medo injusto de que os mercados ficariam possuídos por uma eventual eleição do PT... E eles perceberam que precisavam dar demonstrações, recriar a confiança. E foi feito! Muita coisa foi feita.

O Brasil avançou. O Brasil é hoje melhor do que quando eu deixei a Presidência; como, quando eu deixei, era melhor do que à época do Presidente anterior; como o Presidente Sarney deixou-o também melhor do que o outro. O Brasil vai avançando, e é bom que avance.

Todavia, há momentos em que é preciso tomar novos rumos. Nós estamos chegando a um desses momentos. Não é apenas pela questão da dinâmica interna do País; o mundo também, depois da crise de 2007/2008, quando alguns acreditaram que haveria o declínio do Ocidente. Não é o que está acontecendo. O mundo está retomando energias, e energias a partir de novamente a economia americana voltar a crescer. Ainda: a economia chinesa tem que fazer exatamente o contrário – e tem que fazer – daquilo que nós fizemos no Brasil: aumentar o consumo e refrear a infraestrutura. De nossa parte, nós temos que aumentar a infraestrutura, não refreando o consumo, mas não expandi-lo pelo crédito apenas.

Eu acho que o mundo percebeu o começo de uma nova fase, e nós ainda estamos com os olhos no passado; nós ainda estamos apostando que as coisas irão mal no mundo e, quem sabe, nós possamos sozinhos – Sul-Sul –, juntamente com outros emergentes, levar o mundo adiante.

Vamos fazer parte desse novo mundo, sim. Temos todas as condições para avançar mais nele, mas temos que abrir os nossos olhos. A economia contemporânea é a economia do conhecimento. Ela requer inovação, requer fluxos de inovação. Aqui foi dito, e é verdade – creio que foi o Senador Aécio que mencionou o dado –, que a taxa de crescimento da produtividade é quase nula no Brasil. E isto é fundamental: crescimento e produtividade. Não basta; tem que redistribuir ao mesmo tempo, mas é produtividade. E nós descuidamos disso.

Nós, brasileiros, estamos sentindo – está pulsando – que chegou o momento de uma nova palavra, mais moça, mais forte, abrir horizontes novos para o Brasil. Não é abrir horizontes novos cuspindo no presente e no passado, mas dando um passo adiante e mostrando ao País quais são os problemas.

Eu vou dizer o que talvez seja imprudente, mas, enfim, fui Senador por muitos anos: nós temos vários problemas. Muita gente me criticou pela falta da reforma política no meu tempo. Tentamos reformas parciais. Muito bem; agora não dá mais! Não dá mais! É clamoroso que nós não podemos conviver com um sistema político-eleitoral que gera fragmentação partidária. Com 30 partidos e 30 novos ministérios, é a receita para a paralisação da Administração!

(Palmas.)

Não dá mais! E esse “não dá mais” não deve ser visto como a imposição da vontade de uma facção sobre os outros; tem que ser visto como a necessidade de um entendimento nacional, que tem que enfrentar essa questão com clareza, com firmeza. Não dá mais!

Também está visto que a paralisação das reformas – porque houve uma paralisação das reformas – cobra seu preço neste momento; cobra seu preço pela ineficiência não só da máquina pública. A Ministra Gleisi Hoffmann deu uma entrevista, ao deixar o Ministério, em que dizia singelamente: “A máquina não responde”. E não responde por quê? Porque os incentivos estão errados e porque houve uma infiltração partidária na máquina pública. Isso não pode continuar! Isso tem consequências negativas para o desenvolvimento do País.

Também é visível que levamos muito tempo para descobrir que o Estado sozinho não dá conta de aeroporto, estrada, energia... Não dá conta! E não levamos tanto tempo assim para tirar a energia das agências reguladoras. Foi rápido. As agências reguladoras, hoje, já não têm a força que deveriam ter. Estão infiltradas por interesses de todo tipo. Está visível que precisamos fazer leilões, sim, mas temos que ter uma vigilância do setor público através das agências. Esses leilões foram paralisados por vários anos. Agora, comemora-se outra vez: “Meu Deus! É concessão!” E o que eu fiz com a telefonia? Não foi concessão? É a mesma coisa! (Palmas.)

Por que ter medo de dizer as coisas? Por que ter medo? Por que não dizer claramente ao País? Nem é preciso dizer “perdemos tempo e erramos”, mas, simplesmente, dizer a verdade: “Olha, tem de fazer. Nós custamos um pouco. Estamos atrasados.” Estamos atrasados e perdemos o momento da bonança. Perdemos o momento da fartura de capitais. Perdemos o momento em que os olhos estavam voltados para o Brasil, o que não quer dizer que, amanhã, não possamos recuperar. Eu sou muito confiante no Brasil. Não sou derrotista,

não sou pessimista. Não! Eu falava muito da “fracassomania”. Agora, a Presidente Dilma fala dos pessimistas. Eu não sou desse lado. Eu sou do lado do otimismo, mas do otimismo com realismo, dizendo a verdade ao País. E está na hora de dizer de novo ao País: “Olha, não só vamos ter de fazer uma reforma política, mas vamos ter de dar de novo um impulso grande na infraestrutura, com regulação governamental, mas com capitais privados.”

Vamos ter, sim, de enfrentar a questão de que todos nós falamos e que é difícil de enfrentar, que é a da educação, que é fundamental e que requer uma inovação muito maior do que a que nós já estamos imaginando. O que ensinar? Nós não sabemos mais o que ensinar. Mudou tudo! O que se ensina? Quanto tempo se leva para a formação? Qual é a metodologia? É preciso sacudir o País nessa matéria. Eu não tenho fórmula, estou apenas dizendo que é preciso abrir o jogo.

É preciso voltar a entender – por sorte, há sinais positivos – que a lei é igual para todos. Todos nós somos iguais pelo menos perante a lei, pelo menos perante a lei! (*Palmas.*)

Chegou a hora de reconhecer que a situação de insegurança das nossas cidades atinge todos, os ricos, que se protegem com escolta, e os pobres, que não têm escolta para se proteger e que têm medo das ruas. Um país cujas ruas não são o abrigo do povo, mas o pavor do povo, não pode ser um país que seja feliz. Nós precisamos enfrentar com seriedade a questão da segurança.

Não vou continuar desfilando os problemas. Há muito problemas, mas há muita possibilidade de avançar. Fiquei, realmente, feliz de ouvir os discursos que me antecederam, não só porque louvaram não o que eu fiz, mas o que o Brasil fez, que foi adotar uma moeda estável e dar passos importantes, mas também porque se abrem perspectivas.

É preciso ter coragem de dizer as coisas, sem agressividade, mas com clareza. Já está passando da hora. Há momentos em que é preciso renovar. Sempre, a democracia requer sempre renovação, o que, às vezes, é duro, porque a renovação vai contra nós próprios que estamos no poder, em alguns lugares, há muito tempo. É preciso que haja o outro lado. É preciso que o outro lado se constitua. E, depois, até pode voltar, mas é preciso que haja esse jogo, porque, senão, fica tudo tão encastelado que não muda. Há tantos interesses, há tantos comprometimentos, que não se avança.

Está na hora! O Brasil está precisando de ar novo, de sangue novo. Eu diria até mesmo que a minha geração já passou. Outro dia, conversando com amigos meus, todos octogenários, eu disse: “Nós já morremos, gente! Nós somos testemunhas.” É verdade! Quer dizer, não morremos em determinado sentido, porque estamos aí pelo menos percebendo as coisas. Mas não dá mais! Tem de passar para outra geração. No Brasil, há muita gente jovem. Nós temos de confiar mais nos jovens, de abrir caminhos para os jovens e de fazer com que esse entusiasmo avance mais. Entusiasmo, etimologicamente, quer dizer Deus na alma, no corpo. É preciso entusiasmo, é preciso haver aquele brilho, aquela eletricidade no ar, para que as pessoas digam: “Ah, eu acredito em você. Vamos em frente! Está na hora!”

Está na hora, Senadores, está na hora de mostrar ao Brasil que há caminhos. Venham comigo, que nós vamos continuar sendo um grande País! Somos um grande País. A estabilidade foi apenas o começo. Está no momento de um novo salto!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós registramos, com muita satisfação, a honrosa presença aqui do Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

Gostaríamos de aproveitar esta cerimônia para entregar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a Medalha Ulysses Guimarães, concedida pelo Congresso Nacional àqueles que se destacaram no processo constituinte. Por motivos pessoais, o Presidente Fernando Henrique não pôde comparecer à cerimônia que aconteceu no ano que passou, mas vamos aproveitar o ensejo da sua honrosa presença hoje no Congresso Nacional para fazer a entrega da Medalha.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, não apenas na Constituinte, foi um pioneiro nas reformas e na mudança do perfil socioeconômico do Brasil. O País deve muito a ele e à sua visão estratégica.

Por sua participação na promoção da cidadania e no fortalecimento das instituições, o Congresso Nacional confere a Fernando Henrique Cardoso a Medalha Ulysses Guimarães.

Peço ao Senador Aécio Neves para que, em nome do Congresso Nacional, em nome de todos nós, faça a entrega da Medalha e do Diploma a Fernando Henrique Cardoso. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Muito bem, Presidente!

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; caros Senador Aécio Neves, Deputado Luiz Carlos Hauly e Deputado Mendes Thame, que são os

autores do requerimento desta sessão, em que se celebram os 20 anos do Plano Real; caro Senador Romero Jucá; Senador Flexa Ribeiro; ex-Presidente do Banco Central Gustavo Franco; Dr. Edmar Bacha, depois desse pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é de uma ousadia ímpar uma Senadora que não completou ainda metade do primeiro mandato subir à mesma tribuna para suceder um discurso que foi mais do que uma celebração, que foi uma exortação à classe política brasileira, para pensar maior, para pensar grande, para pensar no País, neste País cuja estabilidade econômica, graças ao Plano Real, só foi possível mediante o entendimento da sociedade brasileira.

O legado que V. Ex^a, ex-Senador, ex-Presidente da República e Professor Fernando Henrique Cardoso, deixa na sua história – e essa é inapagável – é exatamente essa conquista que tivemos.

Eu aqui falo e farei uma breve manifestação como jornalista que fui, jornalista que acompanhou V. Ex^a numa grande empreitada internacional, mostrando uma cara do Brasil, uma cara de interlocução de altíssimo nível, que fez com que hoje o Brasil tivesse esse protagonismo construído por muitas mãos. V. Ex^a, seus antecessores, seus sucessores, todos, de algum modo e ao seu jeito, ajudaram na manutenção dessa estabilidade com o Plano Real, um plano que não foi aventureiro, que não foi novíssimo, como dizem os nossos compatriotas latino-americanos, um plano sustentado em argumentos técnicos, um plano juridicamente perfeito. V. Ex^a trouxe, na tribuna, a lembrança de que não houve nenhum questionamento quanto à legalidade desse plano.

Eu queria dizer, neste depoimento modesto, falando em nome do Partido Progressista, que é disto que nós precisamos, apenas disto: da seriedade, da estatura necessária para entender a política bem feita, bem conduzida, sem preconceitos, tolerante, compreensiva, capaz de comunicar adequadamente as coisas boas e ruins que o Brasil está vivendo. É dessa forma de fazer política que o Brasil está precisando, uma forma madura, uma forma elevada e, sobretudo, uma forma respeitosa.

Eu queria apenas, na ousadia que tive de subir à tribuna depois de seu pronunciamento, dizer que, como jornalista e, agora, como Senadora, estamos continuando um trabalho. Nenhum plano é perfeito, nenhum plano é bem acabado. Assim foi a grandeza do Plano Real, a grandeza de seus patrocinadores em saber que ele continua merecendo ser feito. É impossível aceitar que esse plano, que é um patrimônio da sociedade brasileira, pela estabilidade de poder fazer as coisas em casa... Uma dona de casa sabe a hora de comprar, a hora de gastar, a hora de economizar. O Plano Real nos ensinou isso. É uma grande lição de vida cotidiana, na simplicidade de uma casa da periferia, da zona rural ou da zona urbana. Esse foi o grande legado, essa foi a grande lição do Plano Real.

Agora, nosso ex-colega Fernando Henrique Cardoso e caros colegas Senadores, nós, como Senadora, continuamos, ao nosso jeito e ao nosso modo, a ajustar essas necessidades, todas elas elencadas por V. Ex^a aqui num pronunciamento brilhante, num pronunciamento não apenas de um estadista, mas também de um político que tem a sensibilidade de perceber, com visão crítica, fazendo uma crítica construtiva, as nossas necessidades.

Então, é com muito orgulho que ocupo esta tribuna na representação do meu Partido para dizer que hoje é uma grande data de celebração, uma grande data, porque essa conquista deu autoestima ao povo brasileiro. Eu, como jornalista, cobri inflação de 80% ao mês – eram 80% ao mês! –, e, assim sendo, digo que também sua presença no Ministério da Fazenda foi a prova de que, talvez, a economia não devesse estar só na mão dos economistas, mas também na mão de um grande político que soube, pelo convencimento, pela sua capacidade, pela sua estatura, levar o Brasil ao caminho certo da estabilidade econômica.

Muito obrigada.

Parabéns ao Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, também requerente desta sessão, desta celebração, na Câmara dos Deputados.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos dá a imensa satisfação da presença nesta comemoração; Senador Aécio Neves, um dos requerentes deste evento e Presidente Nacional do PSDB, meu Partido, em nome de quem saúdo todos os presidentes e dirigentes dos demais partidos aqui presentes; Deputado Henrique Alves, Presidente da nossa Câmara dos Deputados, que cumprimento; Deputado Hauly, coautor da solicitação deste evento; Deputado Imbassahy, em cujo nome saúdo todos os Líderes partidários; Senadores Jucá e Flexa Ribeiro; Dr. Morais, que representa a família do Presidente Itamar Franco; Drs. Gustavo Franco e Edmar Bacha, da equipe que tão diligentemente elaborou esse programa do Plano Real; Srs e Srs. Parlamentares; senhoras e senhores, nos anos 80, o Brasil experimentou uma década perdida. Nosso crescimento foi pífio, e o governo não conseguia cumprir satisfatoriamente suas quatro principais funções básicas: oferecer à população segurança, oferecer educação, oferecer saúde e infraestrutura.

Naquele período, caracterizado por uma inflação estratosférica e por um brutal processo de concentração de renda, houve sete tentativas de implantar planos ou reformas econômicas. Todas fracassaram.

De qualquer forma, crescia uma certeza: para iniciar vida nova na economia brasileira, a condição primeira era extirpar o imposto inflacionário, o mais injusto e perverso de todos os tributos. É fácil ver o porquê dessa berrante injustiça: 100% dos rendimentos dos mais pobres, daqueles que tinham pouca renda, baixa renda, eram afetados pelo processo inflacionário, pois toda a sua renda era consumida, e os preços daquilo que consumiam eram majorados, no mínimo, pela inflação. Com os mais ricos, isso não ocorria. Apenas parte de sua renda era destinada ao consumo. Quanto mais rico, quanto maiores seus rendimentos, menor a percentagem, que era corroída pela inflação, pois era consumida. O que não era consumido era poupança e ficava a salvo das perdas inflacionárias, rendendo juros e correção monetária.

Além disso, o que é gravíssimo e pouco citado: a inflação também dificultava o combate à corrupção. Sim, dificultava o combate à corrupção, porque, ao impedir uma avaliação realista dos contratos de obras e serviços públicos, ajudava a esconder situações de superfaturamento, ficando muito mais difícil identificar e punir os responsáveis pela delinquência.

A inflação também atrapalhava tanto o planejamento do Governo, cujo orçamento virava – o Senador Aécio falou tão bem sobre isso – peça de ficção, quanto o planejamento das empresas, que eram induzidas a buscar o lucro mais fácil pelas vias do imediatismo, postergando aqueles investimentos com retorno menos previsível, com retornos imprevisíveis, com retornos menos quantificáveis.

Por tudo isso, por todas essas razões, a comemoração, hoje, dos 20 anos do Plano Real nos permite rememorar a mais importante das muitas heranças benéficas que o governo Fernando Henrique Cardoso deixou para o povo brasileiro. O Plano Real, que permitiu vencer a inflação, foi o mais corajoso, o mais radical, o mais bem-sucedido processo de transformação econômica de nossa história. Fruto de acurada competência técnica da equipe que o elaborou – os Drs. Gustavo Franco e Edmar Bacha estão presentes aqui hoje – e de férrea determinação política.

Apesar de enfrentar feroz oposição do Partido dos Trabalhadores, o projeto instituindo o Plano Real foi aprovado no Congresso Nacional, e a hiperinflação, debelada.

É verdade que o sucesso do real – e isto foi muito bem-colocado – não decorreu apenas da troca do padrão monetário, dessa ideia inteligente, genial, que transformou um índice, a Unidade Referencial de Valor (URV), que transformava automaticamente os preços, em moeda. Foi preciso muito mais. Foi preciso monitorar, administrar e complementar o plano, simultaneamente com um forte controle fiscal, com abertura comercial, com o saneamento bancário, com o reescalonamento da dívida dos Estados, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com a desindexação da economia e, a partir de 99, com o tripé – metas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal – que instituiu os fundamentos da política econômica brasileira, válidos até hoje.

Em 2002, Lula, para ser eleito, jogou na lata de lixo da história as teses que o PT vinha defendendo desde sua fundação e redigiu uma “Carta aos Brasileiros”, comprometendo-se a continuar respeitando os fundamentos econômicos do governo Fernando Henrique Cardoso. Sim, comprometendo-se a continuar a mesma condução da economia do governo anterior. Eleito, temia-se que o Presidente Lula não cumprisse o prometido e introduzisse fatores desagregadores na nossa economia. Não o fez, pelo menos no primeiro mandato. Aguentou, no primeiro mandato, respeitando o que tinha recebido. E foi muito elogiado por isto: pelo mal que não fez. Hoje, porém, são inequívocas as mostras explícitas das imensas dificuldades do Governo na condução do processo econômico, com risco de volta da inflação, com rombo nas contas externas, com o aparelhamento do Estado, com lascivos e permissivos gastos de custeio da obesa estrutura estatal, o que pode pôr a perder conquistas tão gratas e que tanto custaram ao povo brasileiro.

Por tudo isso, acreditamos que uma comemoração como a de hoje, além de rememorar esse tão importante fato, que foi a instituição do Plano Real, também pode contribuir para que a população brasileira não fique indiferente, não fique leniente, não continue leniente com a inanição econômica, com o crescimento pífio, com a gestão irresponsável e cobre, sim, cobre, proceda a uma crescente cobrança, cada vez maior, dos ajustes e das muitas reformas que ainda são necessárias e tão esperadas para promover uma efetiva melhora nas condições de vida de nossa gente.

Muito obrigado. É um imenso prazer poder compartilhar deste momento tão grato na história econômica do nosso País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

Em seguida, nós vamos conceder a palavra ao Deputado Rubens Bueno e vamos suspender a sessão, porque o Presidente Fernando Henrique precisa viajar. Em seguida, retomaremos a sessão.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Presidente, Senador Renan Calheiros; Ex^{mo} Sr. Presidente Fernando Henrique Car-

doso; Ex^{mo} Sr. Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves; prezado Senador Aécio Neves; Ex^{mo} Deputado Federal Luiz Carlos Hauly; Ex^{mo} Sr. Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame; prezado 1º Secretário, o prezado Senador Flexa Ribeiro; prezado Gustavo Henrique de Barroso Franco, Presidente do Banco Central do Brasil, no período de 1997 a 1999; prezado Senador Romero Jucá; demais presentes da Mesa; Sras Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores, todos os presentes que muito nos honram com a presença hoje nesta Casa, realmente é muito difícil falar depois do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas eu não poderia deixar de trazer a palavra do Partido Socialista Brasileiro neste momento, em que se comemoram 20 anos do Plano Real.

Talvez os mais jovens, Presidente, possam perguntar por que uma sessão solene para comemorar um plano econômico. Mas, de fato, o que nós estamos fazendo aqui é muito mais do que comemorar um plano econômico. É comemorar a estabilidade econômica, é comemorar um programa que permitiu que os trabalhadores brasileiros, que tinham os seus salários solapados pela inflação, pudessem resgatar a sua qualidade de vida, pudessem ter tranquilidade para projetar o seu futuro.

Ontem, celebramos aqui 30 anos do movimento pelas Diretas Já. Estamos vivendo o momento maior, o período maior da democracia no nosso País. Nesse período, pudemos identificar três grandes acontecimentos: a própria realização da Constituinte e da Constituição, em 1988, a estabilidade econômica através do Plano Real – e aqui queremos saudar o ex-Presidente Itamar Franco e o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela importância que tiveram na condução deste processo –, e também registrar um grande programa de inclusão social de brasileiros e brasileiras, comandado pelo Presidente Lula.

Entendo que a nova política exige que saibamos reconhecer as grandes conquistas da democracia brasileira, que saibamos reconhecer e reverenciar aqueles que comandaram essas grandes conquistas, conquistas essas que hoje são conquistas do povo brasileiro. O povo brasileiro não abre mais mão da estabilidade econômica porque sabe o que isso significou para a sua qualidade de vida, como também a população brasileira não abre mais mão de um grande processo permanente de inclusão social, que possa permitir que brasileiros e brasileiras tenham acesso a bens e a serviços que não tinham antes.

Mas, se tudo isso foi extremamente importante e se só conseguimos avançar em função da estabilidade econômica, é importante reconhecer que o Brasil precisa de mudanças. O Brasil já não se contenta mais com a democracia que tem. O Brasil não se contenta mais apenas com o controle da inflação. A sociedade brasileira quer cada vez mais transparência, quer um Estado cada vez mais eficiente e quer serviços públicos de melhor qualidade. A população brasileira quer inovação e quer sustentabilidade.

Portanto, neste momento, nós queremos saudá-lo, e o faço com muita alegria, porque tenho por V. Ex^a, Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma admiração especial, que é a admiração também do nosso Partido, do nosso Presidente, Eduardo Campos. Reconhecemos a importância do Plano Real e da estabilidade econômica para outros avanços que o País conquistou. E sabemos importante também para outros avanços que queremos conquistar, com educação de qualidade, com educação que prepare para novos desafios no futuro, para que o País possa, efetiva e permanentemente, inovar com sustentabilidade.

Portanto, quero saudar o discurso de V. Ex^a, sempre moderno, sempre reconhecendo o desejo de mudança da população brasileira.

Este evento é um reconhecimento do papel histórico que V. Ex^a desempenhou para este País.

Parabéns! Fica aqui o nosso reconhecimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Sérgio Petecão.

Quero aproveitar a oportunidade e registrar, com muita satisfação, a honrosa presença do ex-Senador Arthur Virgílio, Prefeito de Manaus. (*Palmas.*)

Da mesma forma, quero registrar, com satisfação, a presença da Deputada Rita Camata. (*Palmas.*)

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, se o senhor me permite, o senhor acabou de anunciar que não haveria mais inscrição, por conta do adiantado da hora e da agenda do Presidente Fernando Henrique. Mas eu não poderia, Presidente Renan – e, na pessoa do nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, saudar todos os membros da Mesa –, deixar de fazer um agradecimento de público. Eu o fiz lá na Presidência, quando V. Ex^a recebia o Presidente Fernando Henrique.

Em 1998, quando eu era Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado, o Presidente Fernando Henrique era Presidente do nosso País. Lá, tínhamos um governo do PT, com o então Governador Jorge Viana, e encontramos o Estado numa situação muito difícil. E eu queria aqui, em meu nome, como Líder do PSD, e em nome do povo acriano, agradecer o apoio.

Nós estávamos ali, num governo do PT, eu como Presidente da Assembleia, atendendo a um chamado do então governador para que fizéssemos um esforço concentrado a fim de tentar tirar o Estado da situação

em que ele se encontrava. E, por inúmeras vezes – eu sou testemunha disso –, o Governo Federal, por intermédio da sua pessoa e de sua esposa, Dona Ruth, que esteve em nosso Estado várias vezes, nunca, nunca virou as costas. Ao contrário: estendeu a mão para aquele momento difícil que o Estado do Acre passava.

Então, eu quero aqui, em nome do povo acreano, já agradecendo ao Presidente Renan, fazer este agradecimento de público. Fiz lá na Presidência, mas gostaria que ficasse registrada nos *Anais do Senado Federal* a contribuição que o senhor deu ao povo acreano.

Obrigado, Presidente Renan. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Para encerrar a sessão, nós gostaríamos de conceder a palavra ao Deputado Rubens Bueno, pela Liderança do Partido Popular Socialista na Câmara dos Deputados.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, estimado Presidente Fernando Henrique Cardoso, autores do requerimento – Deputado Mendes Thame, Deputado Hauly e Senador Aécio Neves –, membros da Mesa já nominados, convidados, cumprimentando esses ilustres autores, é bom lembrar que a homenagem desses 20 anos do Plano Real vem exatamente reafirmar a necessidade de resgatarmos um dos mais importantes legados que o governo do saudoso Presidente Itamar Franco nos deixou: a estabilidade econômica e a redução da desigualdade no Brasil.

Foi o Plano Real que lançou as bases para todos os avanços econômicos de que o Brasil desfruta até hoje e viabilizou uma das mais significativas conquistas da nossa sociedade: a redução drástica na desigualdade da distribuição de renda e a inserção social de milhões de brasileiros.

Foi o Plano Real que debelou um mal que por tanto tempo nos assombrou e que, por conta de medidas equivocadas por parte dos governos que sucederam o Presidente Fernando Henrique Cardoso, volta a nos assombrar: a inflação.

As novas gerações, que, graças ao Plano Real, já nasceram sob a égide de uma economia estável, desconhecem o drama que foi o aumento, por vez até diário, dos preços. Só para ilustrar, a inflação acumulada, em 1993, foi de 2.780,6%.

Por conta de tamanha distorção dos preços, não havia, naquela época, a mínima noção de valor real dos bens e serviços. Até o dia 1º de julho de 1994, quando o real começou a tornar-se realidade, o trabalhador brasileiro recebia o seu salário de manhã e, à tarde, corria ao supermercado para comprar carne, arroz, feijão e açúcar, sob pena de ver, em questão de horas, seu salário reduzido pelo nefasto imposto inflacionário.

Eram tempos difíceis. Se estivéssemos no ano de 1992 e o governo de qualquer Estado do Brasil resolvesse aumentar em cerca de 7% as tarifas de transporte público, como aconteceu em São Paulo, Deputado Arnaldo Jardim, que foi o equivalente ao aumento anunciado pelo Governo, receberíamos essa notícia com festa, mas o que ocorreu em junho de 2013, quase 20 anos depois do real, foi bem o contrário. Prova concreta que a estabilidade de preços é um fato já sedimentado na mente de todos os brasileiros.

Mas se hoje o real é uma realidade que mudou as nossas vidas e os rumos do Brasil incontestavelmente para melhor, há 20 anos houve quem vaticinasse o fracasso do Plano e acusasse o Presidente Itamar Franco de beneficiar o seu então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na corrida da sucessão presidencial.

Nas palavras do então candidato a Presidente da República, Lula, o Plano Real era o estelionato eleitoral. Opinião compartilhada pelo seu vice, Senador Mercadante, que lá dizia que isso era para impedir a vitória de Lula.

Felizmente, o ex-Presidente Lula e o Ministro Mercadante mostraram-se equivocados. E hoje eles, o PT e todos os demais partidos, todos os brasileiros, o Brasil inteiro, têm todas as razões para exaltar o sucesso que foi e ainda é o Plano Real.

Parabéns, Presidente Fernando Henrique. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Cumprida a finalidade da sessão, nós a encerramos e convocamos sessão ordinária para as 14 horas e 10 minutos.

Muito obrigado a todos.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PRIMEIRO SUBSIDIÁRIO DO REGIMENTO COMUM.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB - GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, no momento em que celebramos os 20 anos do Plano Real, quero destacar um aspecto fundamental, e muitas vezes pouco lembrado, daquela que foi possivelmente a mais importante, a mais complexa e a mais bem sucedida intervenção governamental na economia brasileira nas últimas décadas. Refiro-me ao que o Plano Real significou e ainda significa para a classe trabalhadora e para as políticas sociais do Brasil.

O Plano Real, lançado em 25 de fevereiro de 1994, e a introdução da nova moeda, o Real, em junho do mesmo ano, foram o ponto de partida de uma grande mudança econômica e social do Brasil. O Real trouxe a estabilidade monetária e a desindexação da economia. Foi o Plano Real que possibilitou conhecermos a realidade das contas públicas e direcionarmos recursos públicos para o que realmente importa num país de injustiças históricas como o nosso: a educação, a saúde e a proteção social.

Em junho de 1994 registrávamos uma inflação de 46,6%. Já no mês seguinte este número havia caído para pouco mais de 6%, para chegarmos a outubro de 1994 em 1,86%.

A inflação é um flagelo que atinge, principalmente e de forma mais cruel, a classe trabalhadora. A inflação toma de assalto o bolso daqueles que estão ao "final da linha de produção", as famílias trabalhadoras, as mais pobres, as pessoas que deixam suas casas muitas vezes antes do nascer do sol, e a elas retornam depois de uma extensa jornada de trabalho dedicado ao próprio sustento e ao sustento de seus dependentes.

Os benefícios da estabilização monetária e da introdução da nova moeda não foram apenas os efeitos econômicos imediatamente perceptíveis - domínio sobre a inflação e clareza sobre a situação das finanças públicas. Há um benefício indireto, mediato, que se tornou visível somente após superada a primeira fase do Plano Real. A partir de 1994 pudemos construir (e também desconstruir, no que foi necessário para aprimorá-la) uma política social no Brasil.

A partir de 1995, com base numa macroeconomia organizada, pode o governo continuar a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, que resultaria na criação, em agosto de 1996, do Fundo Nacional de Assistência Social, passando a Estado a financiar, como política pública e como dever, as ações assistenciais do país. A assistência social passou a ser dever do estado e direito do cidadão.

Organizada a economia o Governo pode financiar Programas como o de Erradicação do Trabalho Infantil, o Peti, e o Benefício de Prestação Continuada, para idosos e pessoas com deficiência.

Em todo aniversário do Plano Real são muitos os analistas, professores e economistas que se propõe a dar as suas opiniões sobre o legado do mais bem sucedido plano de reordenamento da economia brasileira.

O professor Davi Silber, da Universidade de São Paulo, diz que o Real "contribuiu para reduzir drasticamente a desigualdade na distribuição de renda do país. Foi a melhor política social das duas últimas décadas. Não teríamos a 'nova classe média' sem a estabilidade dos preços".

Já o professor Luis Roberto Cunha, da equipe de docentes da PUC-Rio, afirma que o Plano "conseguiu eliminar a indexação e deixou como legado a importância do equilíbrio das contas públicas para a inflação não voltar".

Apenas para citarmos uma terceira corrente de pensamento da economia brasileira, recorro ao analista Mauro Rochlin, professor de Economia Brasileira do Ibmec-RJ. Segundo ele, o principal legado foi "O ganho de renda da parcela mais pobre da população, a construção de um ambiente macroeconômico mais propício ao investimento, além da própria queda do chamado Risco Brasil".

Estas três opiniões de renomados economistas brasileiros demonstram exatamente que o Plano Real colocou as bases para a política social. Ele garantiu, juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que o fantasma da inflação nos deixasse em paz, e permitiu a adoção de políticas de distribuição de renda.

Tudo o que descrevi até agora nos coloca no saudável mundo do Real, que é um ambiente muito diferente da atual conjuntura econômica brasileira.

Sobre o momento atual da economia brasileira, o ex-ministro Delfim Neto, tem afirmado que "o país está no limite". Diríamos nós, vivemos época de baixo crescimento, sinalização de alta da inflação, juros altos credibilidade internacional em baixa.

Certamente a sociedade brasileira reconhece que o que se construiu econômica e socialmente no país nas últimas duas décadas tem como base o Plano Real. A população brasileira deve estar atenta em relação a qualquer política condescendente com a volta da inflação, temo como consequência a nefasta indexação automática e generalizada. Já vimos esse filme uma vez e ninguém deseja ver o reprise.

Era o que tinha dizer.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O PMDB e os 20 anos do Plano Real

Sr. Presidente, Sras e Srs. senadores, senhoras e senhores convidados para esta sessão solene, cidadãs e cidadãos do nosso querido Ceará e de todo o Brasil que nos acompanham pelos canais de comunicação do Senado Federal, há 20 anos, o Brasil ganhava o mais bem-sucedido programa de política econômica voltado à estabilização e à reestruturação da sua economia em nossa recente história.

Com o Plano Real, passamos a contar com uma estratégia implacável e eficiente de combate à inflação. À época, beirando os 40% ao mês, o que destruía salários e provocava prejuízos incalculáveis às famílias, ao empresariado, aos agricultores, aos setores público e privado.

Não havia planejamento econômico, por mais eficientes e bem-intencionadas que fossem as tentativas anteriores.

Hoje, quando o Senado promove esta sessão especial para fazer uma justa homenagem aos 20 anos do Plano Real, aproveito para destacar, como senador cearense e líder do PMDB nesta o papel do nosso partido para o sucesso do Real.

Pois, foi no governo do então Presidente Itamar Franco - peemedebista histórico, oriundo do velho MDB de guerra, do combate à ditadura, da luta pelas eleições diretas e pelo retorno à democracia - que o Plano Real foi formulado e lançado.

Itamar Franco confiou ao então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, mais tarde presidente da república, a missão de coordenar a equipe de economistas que concebeu o plano.

Desde os seus primeiros momentos portanto, os formuladores do real contaram com o apoio incondicional do PMDB.

Graças ao comprometimento do PMDB com o Brasil, foi possível aprovar as propostas que serviriam de base para a criação da moeda forte que hoje temos.

Sr. Presidente,

O Plano Real foi muito além da eliminação da hiperinflação. sua extensa agenda de ações contemplou também, os fundamentos econômicos da estabilização e do desenvolvimento.

Com isso, a disciplina monetária, a responsabilidade fiscal e financeira do Estado passaram a ser princípios essenciais para os administradores públicos e, ao mesmo tempo, garantia de melhores condições de vida à população.

O Plano Real representou os primeiros passos de um ciclo de crescimento sustentável e geração de renda, fazendo com que as pessoas mais pobres tivessem oportunidades de melhorar de vida.

Foi a estabilidade econômica que criou as bases para o Brasil avançar na superação da pobreza, na redução da desigualdade social e na expansão do mercado de consumo.

O Plano Real recuperou a capacidade de organização do estado brasileiro e assegurou ao governo e à sociedade a possibilidade de fazer planejamento econômico, valorizar a produção e o investimento.

20 anos depois do Plano Real, o Brasil é um país bem diferente, em consequência da boa gestão de um plano que conseguiu conter a mais grave de todas as distorções que um modelo econômico pode gerar, e que dificultava a sobrevivência de todos os segmentos sociais, numa espécie de angústia coletiva.

A inflação, sobretudo, quando se torna galopante, afeta principalmente a autoestima do cidadão, que vê o valor do seu dinheiro e, consequentemente, do seu trabalho, se diluir rapidamente.

Isso impacta negativa e profundamente sua disposição para o trabalho e diminui a produtividade de todo o sistema produtivo.

O Plano Real foi o grande baluarte político para evitar que essas tragédias se repetissem.

O Brasil hoje está entre os países que podem dizer que têm um povo contente, com acesso ao consumo e a um sistema que redistribuiu renda e produziu uma modelo de convivência que, com altos e baixos, é claro, permite a todos os brasileiros viver uma nova época.

Ao estabilizar a moeda, o Brasil investiu na autoestima de sua gente. cabe agora a todos nós aperfeiçoarmos, quando necessário, o modelo econômico para que a qualidade dos serviços e o atendimento das necessidades de nossa gente seja aprimorada cada vez mais.

Como filiado há mais de 40 anos ao PMDB, é para mim - e tenho certeza que também o é para os meus correligionários - um enorme orgulho poder destacar a contribuição do nosso PMDB para o Plano Real

Sei que tal orgulho é compartilhado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e igualmente pelos seus correligionários.

Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso tiveram a coragem e a competência de encarar o combate à inflação - uma das mais árduas tarefas da história contemporânea do Brasil.

Como líder do PMDB nesta Casa, posso afirmar: vamos continuar contribuindo com o Brasil, como fizemos ao longo desses 20 anos, para impedir qualquer ameaça à estabilidade da nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 5 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados²

COMPOSIÇÃO³

| | |
|----------------------------|---|
| Presidente: | Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸ |
| 1º Vice-Presidente: | Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸ |
| 2º Vice-Presidente: | ^{8 e 9} |
| 3º Vice-Presidente: | Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸ |

| | |
|--------------------------------|---------------------------------|
| Relator do PLDO / 2014: | Deputado Danilo Forte (PMDB/CE) |
|--------------------------------|---------------------------------|

| | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| Relator do PLOA / 2014: | Deputado Miguel Corrêa (PT/MG) |
|--------------------------------|--------------------------------|

| | |
|----------------------------|---------------------------------|
| Relator da Receita: | Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) |
|----------------------------|---------------------------------|

Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| Walter Pinheiro (PT/BA) | 1. Eduardo Suplicy (PT/SP) |
| Anibal Diniz (PT/AC) | 2. Inácio Arruda (PCdoB/CE) |
| Acir Gurgacz (PDT/RO) | 3. ⁶ |
| Lídice da Mata (PSB/BA) | 4. Lindbergh Farias (PT/RJ) |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD) | |
| Lobão Filho (PMDB/MA) | 1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵ |
| ^{7 e 9} | 2. ^{5 e 7} |
| Ivo Cassol (PP/RO) | 3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM) | |
| Lúcia Vânia (PSDB/GO) | 1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴ |
| Wilder Morais (DEM/GO) | 2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC) | |
| João Vicente Claudino (PTB/PI) | 1. |
| Eduardo Amorim (PSC/SE) | 2. |
| PSOL¹ | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) | |

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|--|---|
| PT | |
| Bohn Gass (PT/RS) | 1. Afonso Florence (PT/BA) |
| Ricardo Berzoini (PT/SP) | 2. Dalva Figueiredo (PT/AP) |
| Zezéu Ribeiro (PT/BA) | 3. Iriny Lopes (PT/ES) |
| Miguel Corrêa (PT/MG) | 4. Jorge Bittar (PT/RJ) |
| Weliton Prado (PT/MG) | 5. José Airton (PT/CE) |
| PMDB | |
| Danilo Forte (PMDB/CE) | 1. André Zacharow (PMDB/PR) ² |
| Leonardo Quintão (PMDB/MG) | 2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12} |
| Marçal Filho (PMDB/MS) | 3. Pedro Novais (PMDB/MA) |
| Nilda Gondim (PMDB/PB) | 4. José Priante (PMDB/PA) ⁴ |
| Rose de Freitas (PMDB/ES) | 5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴ |
| PSDB | |
| Bruno Araújo (PSDB/PE) | 1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ² |
| Domingos Sávio (PSDB/MG) | 2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³ |
| Ruy Carneiro (PSDB/PB) | 3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴ |
| PP | |
| Carlos Magno (PP/RO) | 1. Missionário José Olimpio (PP/SP) |
| Nelson Meurer (PP/PR) | 2. Roberto Britto (PP/BA) |
| Roberto Teixeira (PP/PE) | 3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵ |
| DEM | |
| Claudio Cajado (DEM/BA) | 1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸ |
| Efraim Filho (DEM/PB) | 2. |
| Mandetta (DEM/MS) | 3. |
| PSD | |
| Marcos Montes (PSD/MG) ¹³ | 1. Ademir Camilo (PROS/MG) |
| Guilherme Campos (PSD/SP) | 2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³ |
| Júlio Cesar (PSD/PI) | 3. Junji Abe (PSD/SP) |
| PR | |
| Aelton Freitas (PR/MG) | 1. José Rocha (PR/BA) |
| Gorete Pereira (PR/CE) | 2. Wellington Roberto (PR/PB) |
| PSB | |
| Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶ | 1. Leopoldo Meyer (PSB/PR) |
| Severino Ninho (PSB/PE) | 2. Valtenir Pereira (PSB/MT) |
| PDT | |
| Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹ | 1. André Figueiredo (PDT/CE) |
| Weverton Rocha (PDT/MA) | 2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰ |
| Bloco Parlamentar (PV / PPS) | |
| Fábio Ramalho (PV/MG) | 1. Humberto Souto (PPS/MG) |
| Sandro Alex (PPS/PR) | 2. Sarney Filho (PV/MA) |
| PTB | |
| Nilton Capixaba (PTB/RO) | 1. Alex Canziani (PTB/PR) |
| PSC | |
| Andre Moura (PSC/SE) | 1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹ |
| PCdoB | |
| Evandro Milhomen (PCdoB/AP) | 1. Chico Lopes (PCdoB/CE) |
| PTdoB¹ | |
| Lourival Mendes (PTdoB/MA) | |

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5-Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6-Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihsoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

| ÁREA TEMÁTICA | RELATOR SETORIAL |
|--|--|
| I – Infraestrutura | Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) |
| II – Saúde | Deputado Marçal Filho (PMDB/MS) |
| III – Integração Nacional e Meio Ambiente | Deputado Aelton Freitas (PR/MG) |
| IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte | Senador Wilder Morais (DEM/GO) |
| V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano | Deputado Weliton Prado (PT/MG) |
| VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo | Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) |
| VII – Justiça e Defesa | Deputado Nelson Meurer (PP/PR) |
| VIII – Poderes do Estado e Representação | Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) |
| IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário | Senador João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| X – Trabalho, Previdência e Assistência Social | Deputado Junji Abe (PSD/SP) |

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|------------------------------|
| PSOL | Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) |
| PSDB | Lúcia Vânia (PSDB/GO) |
| PT | Anibal Diniz (PT/AC) |

Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|-------------------------------|
| PSD | Ademir Camilo (PROS/MG) |
| PP | Carlos Magno (PP/RO) |
| PSDB | Domingos Sávio (PSDB/MG) |
| DEM | Efraim Filho (DEM/PB) |
| PT | Iriny Lopes (PT/ES) |
| DEM | Mandetta (DEM/MS) |
| PMDB | Rose de Freitas (PMDB/ES) |
| PDT | Sebastião Bala Rocha (SDD/AP) |

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|--------------------------|
| PP | Ivo Cassol (PP/RO) |
| PSC | Eduardo Amorim (PSC/SE) |
| PCdoB | Inácio Arruda (PCdoB/CE) |

Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|-----------------------------|
| PT | Ricardo Berzoini (PT/SP) |
| PMDB | Pedro Novais (PMDB/MA) |
| PSB | Severino Ninho (PSB/PE) |
| PSD | Júlio Cesar (PSD/PI) |
| PDT | Weverton Rocha (PDT/MA) |
| PSC | Ricardo Arruda (PSC/PR) |
| PCdoB | Evandro Milhomem (PCdoB/AP) |
| PSDB | |

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|--------------------------------|
| PMDB | Casildo Maldaner (PMDB/SC) |
| PTB | João Vicente Claudino (PTB/PI) |
| PSB | Lídice da Mata (PSB/BA) |

Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|----------------------------|
| PT | José Airton (PT/CE) |
| PMDB | Leonardo Quintão (PMDB/MG) |
| PR | José Rocha (PR/BA) |
| PSD | Armando Vergílio (PSD/GO) |
| PSB | Gonzaga Patriota (PSB/PE) |
| PTdoB | Lourival Mendes (PTdoB/MA) |
| PT | Afonso Florence (PT/BA) |
| PSDB | |

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|---------------------------|
| PMDB | Ricardo Ferraço (PMDB/ES) |
| DEM | Wilder Morais (DEM/GO) |
| PT | Walter Pinheiro (PT/BA) |

Câmara dos Deputados

| Bloco / Partido | Membros |
|-----------------|----------------------------|
| PT | Zezéu Ribeiro (PT/BA) |
| PMDB | José Priante (PMDB/PA) |
| PR | Wellington Roberto (PR/PB) |
| PV | Fábio Ramalho (PV/MG) |
| PPS | Sandro Alex (PPS/PR) |
| PTB | Alex Canziani (PTB/PR) |
| PSD | 1 |
| PP | Roberto Teixeira (PP/PE) |

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}

Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| Jorge Viana (PT/AC) ⁷ | 1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷ |
| Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17} | 2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷ |
| Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26} | 3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷ |
| Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ | 4. ^{7 e 17} |
| Inácio Arruda (PCdoB/CE) ^{22 e 36} | 5. ²² |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD) | |
| Valdir Raupp ^{3, 14, 29, 33 e 35} | 1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29} |
| Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29} | 2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29} |
| Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29} | 3. ^{3, 29} |
| Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29} | 4. ^{3, 19 e 29} |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ² | 1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34} |
| Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25} | 2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32} |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC) | |
| João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29} | 1. ^{8, 9 e 12} |
| | 2. |
| PSOL¹ | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29} | 1. |

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferrão, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36- Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|--|--|
| PT | |
| Fernando Ferro (PT/PE) ² | 1. ^{2 19} |
| Márcio Macêdo (PT/SE) ² | 2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ² |
| PMDB | |
| Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6} | 1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22} |
| André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10} | 2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰ |
| PSD | |
| Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15} | 1. ¹⁴ |
| ¹⁴ | 2. ¹⁴ |
| PSDB | |
| Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20} | 1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20} |
| PP | |
| Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21} | 1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21} |
| DEM | |
| Rodrigo Maia (DEM/RJ) ² | 1. ^{2 e 8} |
| PR | |
| Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18} | 1. ^{2, 12 e 18} |
| PSB | |
| Alfredo Syrkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23} | 1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17} |
| PDT | |
| Giovani Cherini (PDT/RS) ² | 1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ² |
| Bloco Parlamentar (PV / PPS) | |
| Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16} | 1. ^{2 e 16} |
| PTB ¹ | |
| Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3} | 1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴ |

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº's 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSD.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nº's 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|---|--|
| Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) | |
| | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD) | |
| Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵ | 1. |
| | 2. |
| | 3. |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) | |
| Wilder Morais (DEM/GO) ³ | 1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3, 6, 7, 8 e 9} |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) | |
| | 1. |
| | 2. |
| PSOL² | |
| Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴ | 1. |

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
| | |

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino⁴

Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço⁴

| CÂMARA DOS DEPUTADOS | SENADO FEDERAL |
|---|---|
| <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA) | <u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹ |
| <u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE) | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ² |
| <u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT) | <u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³ |
| <u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u> | <u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) ⁵ |
| <u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u> | <u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> |
| <u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> | <u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> |

(Atualizada em 13.02.2014)

Notas:

- 1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- 5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
 E-mail: scop@senado.gov.br
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER – CMCVM
(Resolução nº 1, de 2014-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
| | |

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
| | |

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPPL

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO**Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
| | |

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|------------------|------------------|
| | |

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Vice-Presidente: Deputado André VargasPrimeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso
Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

| Titulares | Suplentes |
|---|---|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)¹ | |
| Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵ | 1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵ |
| Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵ | 2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵ |
| Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵ | 3. ^{6 e 11} |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹ | |
| Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ² | 1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷ |
| Cristovam Buarque (PDT/DF) ² | 2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷ |
| Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7} | 3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷ |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) | |
| Cyro Miranda (PSDB/GO) ² | 1. ^{6 e 10} |
| Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6} | 2. |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) | |
| Alfredo Nascimento (PR/AM) ³ | 1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³ |
| Gim (PTB/DF) ³ | 2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³ |
| PSD⁴ | |
| Sérgio Petecão (PSD/AC) ² | 1. ^{2, 8, 9 e 12} |

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 26, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nºs 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nºs 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nºs 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes |
|--|---|
| | PT |
| | 1. |
| | 2. |
| | PMDB |
| Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹ | 1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹ |
| Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹ | 2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹ |
| | PSDB |
| | 1. |
| | PP |
| Roberto Britto (PP/BA) ¹ | 1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹ |
| | DEM |
| Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹ | 1. João Bittar (DEM/MG) ¹ |
| | PR |
| | 1. |
| | PSB |
| | 1. |
| | PDT |
| | 1. |
| | Bloco Parlamentar (PV / PPS) |
| Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹ | 1. |
| | PTB |
| | 1. |

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro¹
Relator: Senador Romero Jucá¹

Instalação: 12-3-2013¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014⁵

| Senado Federal | Câmara dos Deputados |
|-------------------------|-----------------------------|
| Romero Jucá (PMDB/RR) | Cândido Vaccarezza (PT/SP) |
| Lobão Filho (PMDB/MA) | Osmar Serraglio (PMDB/PR) |
| Flexa Ribeiro (PSDB/PA) | Bruno Araújo (PSDB/PE) |
| Walter Pinheiro (PT/BA) | Mendonça Filho (DEM/PE) |
| Jorge Viana (PT/AC) | Júlio Delgado (PSB/MG) |
| Ana Amélia (PP/RS) | Jô Morais (PCdoB/MG) |

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

| Titulares | Suplentes⁷ |
|--|--|
| Cândido Vaccarezza (PT/SP) | Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹ |
| Edinho Araújo (PMDB/SP) | Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰ |
| Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³ | Esperidião Amin (PP/SC) ¹² |
| Sergio Zveiter (PSD/RJ) | |
| Arnaldo Jardim (PPS/SP) | |
| Miro Teixeira (PDT/RJ) | |
| João Maia (PR/RN) ^{5 e 9} | |

Senado Federal

| Titulares | Suplentes⁷ |
|---------------------------------------|--|
| Romero Jucá (PMDB/RR) | Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8} |
| Vital do Rêgo (PMDB/PB) | Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷ |
| Walter Pinheiro (PT/BA) ¹² | Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹ |
| Pedro Taques (PDT/MT) | |
| Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) | |
| Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) | |
| Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7} | |

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8-Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscep@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

| MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | MESA DO SENADO FEDERAL |
|--|---|
| PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) | PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL) |
| 1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR) | 1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC) |
| 2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN) | 2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR) |
| 1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC) | 1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA) |
| 2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ) | 2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR) |
| 3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL) | 3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI) |
| 4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS) | 4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI) |
| LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE) | LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB-CE) |
| LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT) | LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA) |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA Décio Lima (PT/SC) | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB) |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA) | PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES) |

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²

Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

| LEI Nº 8.389/91, ART. 4º | TITULARES | SUPLENTES |
|---|--------------------------------------|---|
| Representante das empresas de rádio (inciso I) | WALTER VIEIRA CENEVIVA | DANIEL PIMENTEL SLAVIERO |
| Representante das empresas de televisão (inciso II) | GILBERTO CARLOS LEIFERT | MÁRCIO NOVAES |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III) | ALEXANDRE KRUEL JOBIM | LOURIVAL SANTOS |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | ROBERTO FRANCO | LILIANA NAKONECHNYJ |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V) | CELSO AUGUSTO SCHRÖDER | MARIA JOSÉ BRAGA |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI) | JOSÉ CATARINO NASCIMENTO | VAGO ³ |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII) | JORGE COUTINHO | MÁRIO MARCELO |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII) | LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA | PEDRO PABLO LAZZARINI |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | MIGUEL ANGELO CANÇADO | WRANA PANIZZI |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | DOM ORANI JOÃO TEMPESTA | PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | RONALDO LEMOS | VAGO ⁴ |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | JOÃO MONTEIRO FILHO | VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL) |
| Representante da sociedade civil (inciso IX) | FERNANDO CESAR MESQUITA | LEONARDO PETRELLI |

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

| |
|--|
| 1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio) |
| 2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio) |
| 3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) |
| 4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão) |
| 5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas) |
| 10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas) |
| 11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) |
| 12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil) |
| 13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil) |
| 14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil) |
| 15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil) |
| 16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil) |

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

| |
|--|
| 1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio) |
| 2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio) |
| 3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) |
| 4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão) |
| 5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas) |
| 10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas) |
| 11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) |
| 12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil) |
| 13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil) |
| 14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil) |
| 15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil) |

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO****Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

| |
|--|
| 1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio) |
| 2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio) |
| 3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) |
| 4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão) |
| 5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas) |
| 10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas) |
| 11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas) |
| 12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas) |
| 13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) |
| 14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil) |
| 15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil) |
| 16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil) |
| 17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil) |
| 18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil) |
| 19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil) |
| 20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil) |

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Coordenador:** Alexandre Kruel Jobim.

| |
|--|
| 1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio) |
| 2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio) |
| 3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) |
| 4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão) |
| 5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas) |
| 10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas) |
| 11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) |
| 12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil) |
| 13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil) |
| 14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil) |
| 15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas) |
| 16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil) |
| 17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil) |

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

| |
|--|
| 1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio) |
| 2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio) |
| 3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) |
| 4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão) |
| 5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita) |
| 7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social) |
| 9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas) |
| 10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas) |
| 11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil) |
| 12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil) |
| 13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil) |
| 14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil) |
| 15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil) |
| 16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil) |

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------------------------|---------------------------------|
| PT | |
| BENEDITA DA SILVA | BOHN GASS |
| DR. ROSINHA | IARA BERNARDI |
| FERNANDO MARRONI | MÁRCIO MACÉDO |
| NEWTON LIMA | TAUMATURGO LIMA |
| PMDB | |
| ANDRÉ ZACHAROW | LELO COIMBRA |
| ÍRIS DE ARAÚJO | OSMAR SERRAGLIO |
| MARÇAL FILHO | RONALDO BENEDET |
| RAUL HENRY | VALDIR COLATTO |
| PSDB | |
| ANTONIO CARLOS MENDES THAME | CARLOS SAMPAIO ^{3, 10} |
| EDUARDO AZEREDO | |
| Vago ⁴ | |
| PSD | |
| GERALDO THADEU | ÁTILA LINS |
| HUGO NAPOLEÃO | DR. LUIZ FERNANDO |
| RAUL LIMA | ELEUSES PAIVA |
| PP | |
| DILCEU SPERAFICO | LUIS CARLOS HEINZE |
| RENATO MOLLING | RENATO ANDRADE |
| PR | |
| WELLINGTON FAGUNDES | HENRIQUE OLIVEIRA |
| PSB | |
| JOSÉ STÉDILE | BETO ALBUQUERQUE |
| VAGO ⁵ | LEOPOLDO MEYER |
| DEM | |
| JÚLIO CAMPOS | |
| PDT | |
| VIEIRA DA CUNHA | SEBASTIÃO BALA ROCHA |
| PTB | |
| PAES LANDIM | JORGE CORTE REAL |
| BLOCO PV / PPS | |
| ROBERTO FREIRE | ANTÔNIO ROBERTO |
| PSC | |
| NELSON PADOVANI | TAKAYAMA |
| PCDOB | |
| JOÃO ANANIAS | CHICO LOPES |
| PRB | |
| GEORGE HILTON | VITOR PAULO |
| PTDOB | |
| LUIS TIBÉ | |

Senadores

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---------------------------|
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV) | |
| PEDRO SIMON | CASILDO MALDANER |
| ROBERTO REQUIÃO | VALDIR RAUPP |
| ANA AMÉLIA | GIM ⁸ |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB) | |
| EDUARDO SUPLICY | ACIR GURGACZ ⁵ |
| PAULO PAIM | INÁCIO ARRUDA |
| ANTONIO CARLOS VALADARES ⁶ | HUMBERTO COSTA |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM) | |
| PAULO BAUER | CÁSSIO CUNHA LIMA |
| WILDER MORAIS | JAYME CAMPOS ⁷ |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL) | |
| MOZARILDO CAVALCANTI ¹¹ | FERNANDO COLLOR |
| LUIZ HENRIQUE ⁹ | EDUARDO AMORIM |

(Atualizada em 20.12.2013)

1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu desligamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.

5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.

7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nº's 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nº's 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of. nº 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.

11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Ex^a apostila no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul**MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL****Presidente:** Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)**Vice-Presidente:** Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)**Vice-Presidente:** Senador Roberto Requião (Brasil)**Vice-Presidente:** Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

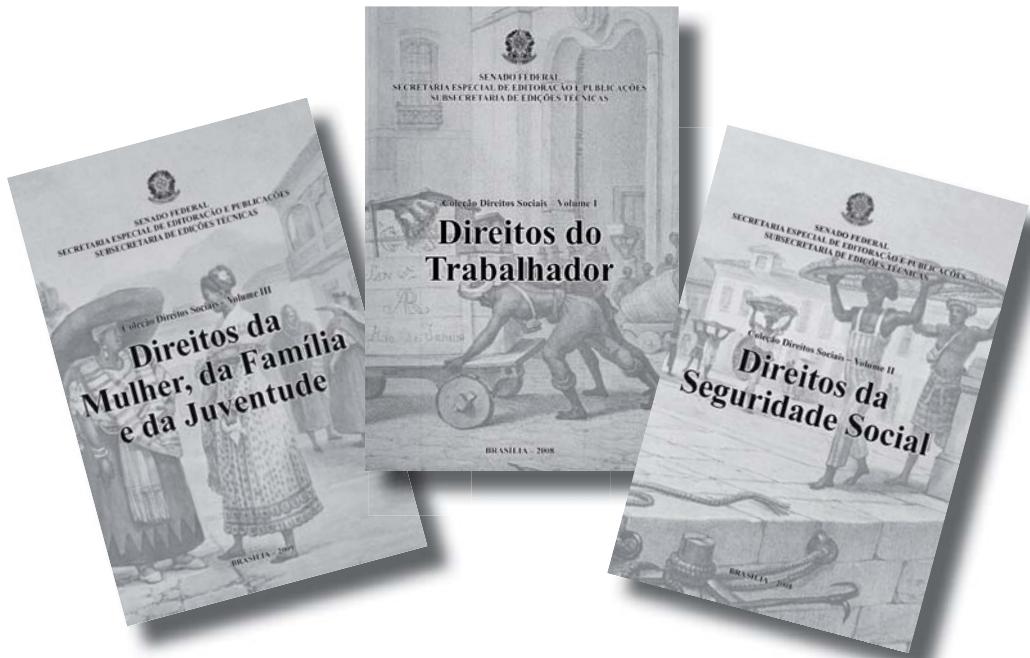
e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

**Edição de hoje: 48 páginas
(O.S. 10583/2014)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

